

**FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA  
CURSO DE HISTÓRIA**

**PAISAGENS URBANAS E SUAS REPRESENTAÇÕES FOTOGRÁFICAS:  
CIDADE DE TAQUARA  
1882-1930**

**ALEX JUAREZ MÜLLER**

**Taquara**

**2010**

**ALEX JUAREZ MÜLLER**

**PAISAGENS URBANAS E SUAS REPRESENTAÇÕES FOTOGRÁFICAS:  
CIDADE DE TAQUARA  
1882-1930**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de licenciado em História, pelo Curso de História, das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Mestre Elaine Smaniotto.

**Taquara**

**2010**

## AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos que aqui exponho são a todas aquelas pessoas que construíram comigo o ofício da história e da vida. Algumas delas estão presentes desde a infância, outras, surgiram no caminhar de minha existência, mas cada uma com seu papel fundamental nas minhas andanças cotidianas.

As três pessoas fundamentais, que servem como eixo da vida, são meus pais Glaci e Juarez, e minha avó materna, Terezinha. Minha mãe, por ter-me “agüentado” nove meses e por sempre ser a pessoa acalentadora dessa pequena grande família, por ser sempre a pessoa que transmitiu a paz de espírito. Ao meu pai que sempre possuiu seu jeito “turrão”, mas que não passa de um coração mole, me levou ao destino da história pelas belas saídas de bicicleta nos finais de semana, aonde ia falando, por onde passávamos das antigas histórias dos lugares. A minha avó por sempre ter exercido o papel de segunda mãe, pessoa sábia, que sem ela não teria sido possível o pontapé inicial dessa trajetória histórica.

Na minha trajetória nas escolas, agradeço a professora Kate Rigo, educadora do ensino médio, por ter me conduzido, definitivamente, ao caminho da história com suas fantásticas aulas.

Aos meus amigos de “deslocamento”, ou como sempre chamamos nosso grupo, “Os Deslocados” (Henrique, Paulo, Fernando, Igor). Pessoas que sempre alegraram meus finais de semana, onde sentamos no “cordão da calçada” para conversar, filosofar, ou em um belo acampamento ou simplesmente em uma viagem qualquer por esse mundo afora. Agradeço a essas pessoas por terem fornecido os subsídios para enxergar além dos “muros” de meu cotidiano.

Agradeço aos amigos que surgiram na minha caminhada acadêmica. Em especial ao Sílvio, amigão inseparável, que é um poço de sentimento; e, ao Guilherme que sempre expôs suas idéias de maneira filosófica. Também agradeço a galera do “Setor de Cópias”, que sempre me proporcionou belas risadas e muitas amizades.

Agradeço ao grande amigo Carlos Trott pelos belos dias de trabalho e lazer no Museu Histórico Municipal Adelmo Trott, lugar onde pude realmente aprender muita da história regional.

Não poderia esquecer de agradecer a todas as mulheres da minha vida, que sempre me acalentaram, as vezes me xingaram, mas sempre estiveram ao meu lado

com a palavra amiga e a sensibilidade que somente o feminino possui, pois a mulher é a fonte da vida

Às duas pessoas especiais que apareceram há um tempo, e que mudaram radicalmente minha vida e meu jeito de perceber o mundo. Agradeço a Luiza e Valquíria, pessoas sábias, “cariocas da gema”, duas novas amizades que ultrapassaram o campo do trabalho.

Aos professores da faculdade que me conduziram em minha vida acadêmica. Em especial a minha orientadora e amiga Elaine Smaniotto, pessoa fantástica que sempre escutou minhas “revoltas” e sempre soube guiar-me pelo caminho certo na vida acadêmica. Ao professor Daniel Gevehr, pelas suas aulas de Brasil II e III e RS II, onde fui instigado ao sentimento pela história para a realização desse trabalho.

“Tantas pessoas vivem dentro de circunstâncias infelizes e ainda não tomam iniciativas de alterar as suas situações, porque elas estão condicionadas a uma vida de segurança, conformidade e conservadorismo, que podem aparecer para dar uma paz de espírito, mas, na realidade, nada é mais perigoso para o espírito aventureiro dentro de um homem do que um futuro seguro.”

Christopher J. McCandless.

## RESUMO

No final do século XIX, as imagens fotográficas passam a ser intensamente empregadas no registro de vistas urbanas, para assim identificar o progresso, a construção da “civilidade”. A partir de então, no final do século XX, a fotografia transforma-se, para o historiador, uma fonte a mais de estudo da história. Sendo assim, essa pesquisa tem como objeto de estudo o processo de interatividade entre imagens fotográficas e a área urbana, com a finalidade de compreender as representações da urbe a partir da imagem. O recorte temporal delimita-se entre 1882 e 1930, contemplando o final do Império e a República Velha. O recorte espacial contempla a cidade de Taquara no Rio Grande do Sul. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual foram selecionadas fotos de diversos arquivos, dentre os quais, foram eleitas as imagens mais significativas para a análise da representação da cidade de Taquara. O trabalho utiliza a fotografia como fonte histórica principal e fundamenta-a com outros demais documentos escritos, contextualizando os aspectos representativos da área urbana taquarense. Evidencia-se, portanto, o aspecto histórico das imagens taquarenses, identificando nelas o que não está explícito, ou seja, suas representações.

**Palavra chave:** imagens fotográficas, representações, paisagens urbanas, cidade de Taquara/RS

## ABSTRACT

In the late nineteenth century, the images are being actively used in the registration of urban views to identify the progress and the construction of civility. Since then, at the end of the twentieth century, photography becomes an additional source of study of history. Therefore, this research aims to study the process of interaction between photographic images and the urban area, in order to understand the representations of the metropolis from the image. The time frame is delimited between 1882 and 1930, contemplating the end of the Empire and Old Republic. The spatial area includes the city of Taquara in Rio Grande do Sul. This is a qualitative research, in which photos were selected from several archives, some photos/pictures were selected to a more meaningful representation of Taquara city. The work uses photography as a primary historical source and justifies it with other written documents, contextualizing the representative aspects of the Taquara urban area. It is evident, therefore, the historical aspect of the Taquara images, that identifies what is not explicit: their representations

**Keyword:** photographic images, representations, urban landscapes, Taquara city/RS

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de delimitação da área urbana de Taquara para a pesquisa .....	31
Figura 2 – Planta esquematizada de Taquara.....	36
Figura 3 – Vista geral da área urbana de Taquara (década de 1880).....	42
Figura 4 – Vista geral da cidade de Taquara e observações (década de 1880) .....	43
Figura 5 - Vista a partir da Rua Dr. Edmundo Saft (início da década de 1900).....	46
Figura 6 - Vista da cidade de Taquara a partir do Morro do Leôncio (início da década de 1900 .....	46
Figura 7 - Vista da Rua Tristão Monteiro em direção a Intendência (1915) .....	50
Figura 08 - Vista da Estação Férrea de Taquara (década de 1920) .....	51
Figura 09 - Vista da Rua Tristão Monteiro em direção a estação férrea (década e 1920) .....	53
Figura 10: Cartão postal - vista da intendência (Início da década de 1910).....	56
Figura 11 - Vista da Rua Júlio de Castilhos em direção a Intendência (Final da década de 1910) .....	57
Figura 12 - Vista da Rua Júlio de Castilhos a partir da Intendência (Início da década de 1920) .....	59
Figura 13 - Vista da Rua Júlio de Castilhos a partir da praça (final da década de 1920) .....	59
Figura 14 - Vista da Rua Júlio de Castilhos em direção as igrejas (final da década de 1910) .....	62
Figura 15 - Vista da Rua Júlio de Castilhos em direção as igrejas (final da década de 1910) .....	65

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados do município de Taquara .....	30
Tabela 2 - Nomes das ruas conforme a planta.....	37

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2. CARACTERÍSTICAS CONJUNTURAS: DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA A FOTOGRAFIA</b> .....	20
2.1. As alterações no final do século XIX no Brasil e no Rio Grande do Sul ....	20
2.2. A República Velha e o urbano pautado pela organização .....	22
2.3. A fotografia no Brasil e seu uso para retratar as paisagens urbanas .....	26
<b>3. TAQUARA: POVOADO, CIDADE E FOTOGRAFIA</b> .....	30
3.1. Localização de Taquara .....	30
3.2. Contextualização histórica de Taquara: da fundação a Primeira República .....	32
3.3. A urbanização em Taquara.....	34
3.4. O registro das paisagens urbanas taquarenses através da fotografia.....	39
<b>4. PAISAGENS URBANAS DE TAQUARA</b> .....	41
4.1. A Vila quer tornar-se cidade.....	41
4.1.1. A primeira impressão.....	42
4.1.2. O povoado vai transformando-se .....	45
4.2. De Vila a cidade: a transformação urbana com o trem .....	48
4.3. A afirmação de cidade: organização e higienização vista através da fotografia.....	55
4.3.1. A Intendência .....	56
4.3.2. A Praça.....	58
4.3.3. A Rua Júlio de Castilhos .....	61
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	65
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	66

## 1. INTRODUÇÃO

O final do século XIX implicou ao Brasil inúmeras mudanças que passam pelos campos da política, economia e cultura, e refletiram-se dentro dos espaços urbanos, especificamente durante a República Velha ou também Primeira República (1889-1930). Nesse período da história do Brasil, intensificaram-se tais mudanças urbanas, implicadas pela ideologia<sup>1</sup> de um grupo dominante, que subia ao poder e buscava o seu espaço social na cidade através da organização e higienização dos passeios públicos. Essas modificações foram aplicadas inicialmente dentro das principais urbes, como o Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Porto Alegre.

Inserido nesse contexto de mudanças da área urbana brasileira, identificamos a cidade de Taquara, que atinge seu auge econômico e cultural nesse período republicano. É o reflexo das alterações urbanas ocorridas nas grandes capitais brasileiras, nos centros urbanos menores.

Nessa percepção, identificamos que nesse momento histórico há diversificado registro fotográfico que foi construído para retratar os centros urbanos que se modificavam. Essas fotografias representam desde as principais capitais brasileiras até pequenos centros urbanos, como a cidade de Taquara, onde identificamos um condensado número de imagens que identificam a paisagem urbana<sup>2</sup> desde o final do século XIX até o fim da Primeira República. Essas fotografias se encontram em arquivos particulares diversos e públicos como: no Museu Histórico Municipal Adelmo Trott, em Taquara, e no Museu Visconde de São Leopoldo, em São Leopoldo.

No momento que identificamos essa fonte de pesquisa, procuramos delimitar o espaço temporal e geográfico. Para isso, nos propusemos a realizar um estudo histórico de fotografias que contenham paisagens urbanas da cidade de Taquara.

Na delimitação temporal, optou-se pelo período de 1882 – ano de elevação distrital de Taquara – a 1929/1930 – fim da República Velha no Brasil e Rio Grande do Sul.

---

<sup>1</sup> (NUNES, 1999, p. 155) “Conjunto de idéias peculiares a determinado grupo condicionado a colocá-las em prática para alcançar seus objetivos”.

<sup>2</sup> Paisagem urbana - é o conjunto dos elementos, edificados ou não, resultantes da aplicação das regulamentações e das sucessivas transformações ao longo do tempo, que definem o caráter de um local dentro de uma cidade. (PDDUA - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre) [www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/terminologia.htm](http://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/terminologia.htm)

O espaço dos cenários urbanos foi delimitado pelas ruas Júlio de Castilhos e Tristão Monteiro, duas vias principais da época de estudo. Esses espaços públicos foram selecionados por dois motivos: o primeiro, por tratar-se dos passeios mais fotografados da cidade no espaço temporal delimitado; e o segundo, por tratar-se das vias principais de comércio e de transportes, uma vez que eram os locais no qual se concentravam as principais casas comerciais, como também os acessos a cidade, seja através de ferrovia ou rodovias (estradas de chão).

A delimitação da cidade de Taquara contempla o estudo de paisagens urbanas, que se vincula a análise da urbe inserida em uma paisagem como fruto da ação do homem, onde se percebe uma natureza urbanizada, a natureza produtiva que Carvalho coloca como sendo a “[...] a imagem da urbanização, que a natureza adquire função simbólica e decorativa [...] e a [...] imagem da produção [onde] a natureza, nesse caso, adquire interesse fotográfico na medida em que está engajada no processo produtivo.” (CARVALHO, 1998, p.217) Portanto, a fotografia torna-se o grande registro das cidades, a forma de representar uma paisagem inserida na natureza ordenada, harmoniosa com a urbanização.

O uso da fotografia, como nossa fonte principal, busca a utilização de material diferenciado, pois efemeramente encontram-se imagens como principal recurso de informação em um trabalho de pesquisa, pois quando encontradas a iconografia é apenas aplicada de maneira complementar. (BURKE, 2004, p. 12)

No momento que delimitamos nosso espaço temporal e geográfico, e nosso objeto de pesquisa, passamos a realizar questionamentos diversos para nortear nosso trabalho: como as paisagens urbanas de Taquara eram representadas nas fotografias no final do século XIX e início do século XX? Essas fotografias representam realmente o que visualizamos? Essas representações fotográficas da paisagem urbana são fidedignas? Quais eram as intenções desse ato fotográfico?

Através dos questionamentos passamos a traçar objetivos para nos guiar na pesquisa, para isso, buscamos como objetivo maior, analisar a representação histórica das paisagens urbanas de Taquara no final do século XIX e início do século XX, através de fotografias, para interpretar os significados existentes.

A partir disso, buscamos utilizar a fotografia como fonte documental para mostrar sua importância na construção da história, procurando contextualizar

historicamente a foto<sup>3</sup> com o processo de transição do Brasil imperial para o Brasil republicano. Também realizamos uma análise do processo de chegada e uso da fotografia no Brasil a partir da contextualização da história fotográfica. Posteriormente, percebemos que era imprescindível identificar, nas fotografias, as modificações realizadas nesse processo de transição do império para república para compreender as reformas urbanas; e por último, e não menos importante, identificar as ideologias presentes nas imagens para entender os objetivos dessas.

Após definir os objetivos, realizamos ao longo dessa introdução um aprofundamento teórico com intuito de melhor identificar o eixo norteador para a interpretação do uso da imagem fotográfica. Também procuramos entender o processo de uso da imagem a partir da fotografia, que ao longo do século XX tornou-se o principal meio de divulgação dos acontecimentos ocorridos globalmente; uma transmissão que passa a ocorrer instantaneamente à população após ou até mesmo durante qualquer episódio. Essa revolução da imagem ocorre em função do evento de criação da fotografia<sup>4</sup> no século XIX, tornando-se uma fonte a mais para aqueles que se dedicam a historiografia fazendo uso da iconografia.

O ato de fotografar modificou o campo de visão do ser homem, a noção de espaço e tempo amplia-se, originando um conhecimento globalizado com a foto, como aborda Kossoy:

O mundo tornou-se de certa forma “familiar” após o advento da fotografia; o homem passou a ter um conhecimento mais preciso e amplo de outras realidades que lhe eram, até aquele momento, transmitidas unicamente pela tradição escrita, verbal e pictórica. [...] O mundo, a partir da alvorada do século XX, se viu, aos poucos, substituído por sua *imagem* fotográfica. O mundo tornou-se, assim, *portátil* e *ilustrado*. (KOSSOY, 2001, p. 26 e 27)

No século XX, ocorre a revolução da imagem na elaboração de pesquisas, quando os historiadores da revista *Annales* discutem as fontes a partir das quais se confecciona a ciência histórica, questionando a construção historiográfica fundamentada somente em ambientes fechados, sob os olhares de grandes fatos e grandes vultos. Os pensadores dos *Annales*, Marc Bloch e Lucien Febvre,

<sup>3</sup> Significa redução da palavra fotografia.

<sup>4</sup> (KOSSOY, 2001, p. 156) “Fotografia é memória e com ela se confunde. Fonte inesgotável de informação e emoção. Memória visual do mundo físico e natural, da vida individual e social. Registro que cristaliza, enquanto dura, a imagem – escolhida e refletida – de uma ínfima porção de espaço do mundo exterior. É também a paralisação súbita do incontestável avanço dos ponteiros do relógio: é, pois o documento que retém a imagem fugida de um instante da vida que flui ininterruptamente.”

convocaram os historiadores à busca de outras fontes que não somente ao documento escrito. Essa observação leva a novas abordagens na pesquisa historiográfica: a busca pela coletividade; a procura pela história produzida a partir de todos os indivíduos, onde todos os vestígios do passado passam a ser elementos de estudo para o historiador, inclusive a imagem. (CARDOSO & MAUAD, 1997)

A revolução que os Annales causaram na historiografia atingiu diretamente a utilização da fotografia, tanto como fonte, quanto nas maneiras de interpretação desse documento. Anteriormente as mudanças originadas por Bloch e Febvre, as imagens de uma maneira geral, eram tidas como fatos verdadeiros, sem contestações, inclusive a fotografia. O processo de fotografar, ao longo do século XIX, época de sua origem, confronta-se diretamente com os pintores retratistas naturalistas, uma vez que esses tratavam a foto como um ato puramente mecânico, sem arte alguma. Nesse contexto, o ato fotográfico é tido como neutro, apenas como um auxílio da pintura, pois se tratava de uma ação realizada de forma mecânica, não havendo intervenção humana, portanto, considerada neutra. Desta forma, “[...] a fotografia seria o resultado objetivo da neutralidade de um aparelho, enquanto a pintura seria o produto subjetivo da sensibilidade de um artista e de sua habilidade.” (DUBOIS, 1994, p.32)

Engajado no processo de fotografar como um ato do real, sem intervenção humana, a ideologia positivista<sup>5</sup> faz valer o uso do documento fotográfico como espelho da realidade. Nesse contexto, do final do século XIX e início do século XX, “[...] o documento triunfa. [...] A partir de então, todo historiador que trate de historiografia ou do mister de historiador recordará que é indispensável o recurso ao documento. (LE GOFF, 2003, p. 529). Segundo o historiador Jaques Le Goff o conceito de documento para a escola positivista, naquele momento da história, era simplesmente a utilização do material escrito como fonte da construção histórica e a fotografia apenas como elemento afirmador do que já era dito nos escritos. Assim, a fotografia era tratada com veracidade total, considerada a afirmação do real sem contestação.

Na virada do século XIX ocorrem acontecimentos que acarretam novas perspectivas em relação à fotografia, eventos que passam a ser registrados pelo

---

<sup>5</sup> (KOSSOY, 2007: 44) O positivismo, de acordo com Kossoy, fazia uso da fotografia “(...) como um registro ‘objetivo’, ‘neutro’, produto de um mecanismo óptico-químico ‘que não pode mentir’, um duplo da realidade, uma reprodução mimética do objeto que se achava frente à objetiva.”

olhar fotográfico. Essas transformações, ocorridas através de guerras, movimentos nacionalistas, industrialização, desenvolvimento da ciência, migrações do campo para a cidade, passam a ser objetos da fotografia. Conseqüentemente, os indivíduos têm uma visão geral do que acontecia, pois a imagem fotográfica permite que os elementos que se encontram distantes possam ser visualizados. (BORGES, 2008)

Nessa conjuntura, estudiosos da época questionam a fotografia como um elemento passivo, sem intenções, uma vez que nas informações que são criadas, existem presentes elementos ideológicos, tais como o fotógrafo e o contexto em que ele está. Portanto, a fotografia não é transparente; é uma transformação do real a partir da visão de alguém. (DUBOIS, 1994) Desta forma, qualquer imagem para ser entendida deve de ser lida “nas entrelinhas, observando os detalhes pequenos mais significativos “[...] usando-os como pistas para informações que os produtores de imagens não sabiam que eles sabiam, ou para suposições que eles não estavam conscientes de possuir”. (BURKE, 2004, p.238)

Discutidas as questões ideológicas ocorridas ao longo dos séculos XIX e XX, a imagem fotográfica passa a ser trabalhada de forma diferente. Nesse contexto, ocorre o que chamamos de “Revolução Documental”<sup>6</sup>, onde acontecem ampliações no conceito de documento, e para qual também contribuem os historiadores dos Annales, mencionados anteriormente. Com essa transformação, a história do passado passou a ser observada como quem transformava os monumentos em documentos, sendo-os decorados e memorizados. Já, a história do presente transformara documentos em monumentos, originando o “novo documento, alargado para além dos textos tradicionais, transformado [...] deve ser tratado como um documento/monumento.” (LE GOFF, 2003, p. 539) Com essa nova perspectiva surgem estudos aprofundados da fotografia, que é encarada como uma representante da memória, quebrando os paradigmas do documento visualizado apenas como fonte escrita.

Através das novas abordagens, podemos observar que a fotografia passa a ser examinada não mais como uma imagem mecânica, e sim, como um documento que pode trazer informações e contribuições para a formação histórica, uma vez que

---

<sup>6</sup> (LE GOFF, 2003, p. 531) “Esta revolução é, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa. O interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar. Interessa-se por todos os homens, suscita uma nova hierarquia mais ou menos implícita dos documentos [...]”

a imagem fotográfica possibilita guardar a memória do tempo e da evolução cronológica. (LE GOFF, 2003) Portanto, a fotografia, como memória do passado, é um “[...] produto cultural, fruto de trabalho social de produção sócio-cultural. Neste sentido, toda a produção da mensagem fotográfica está associada aos meios técnicos de produção cultural.” (MAUAD, 2004, p.27)

Definida a fotografia como documento, memória e ato carregado de ideologia, como ela pode ser usada para beneficiar a história? Burke nos responde que as imagens, num primeiro momento, devem ser observadas como uma

“[...] a arte [que] pode fornecer evidência para aspectos da realidade social que os textos passam por alto [...], [claro que essa realidade] [...] é quase sempre menos realista do que aparece [...] [de tal forma que historiadores] [...] podem chegar a uma interpretação seriamente equivocada [...], [mas a partir dessa arte confundida, ocorrem benefícios a construção histórica, pois] [...] o processo de distorção é, ele próprio, evidência de fenômenos que muitos historiadores desejam estudar, tais como mentalidades, ideologias e identidades.” (BURKE, 2004, p. 37).

Dessa forma, a fotografia é para a história uma fonte de estudo; formas documentais que expressam, em muitos casos, mais que os próprios documentos escritos e que também podem ser auxiliados por esses mesmos, ou seja, há uma complementação de ambos, como Mauad aborda,

[...] à medida que os textos históricos não são autônomos, necessitam de outros para sua interpretação. Da mesma forma, a fotografia – para sua utilização como fonte histórica, ultrapassando seu mero aspecto ilustrativo – deve compor uma série extensa e homogênea no sentido de dar conta das semelhanças e diferenças próprias ao conjunto de imagens que se escolheu analisar [...]. (MAUAD, 2004, p.25)

De todo esse processo de transformação da fotografia, questionado no século XX pelos historiadores dos Annales, iniciam-se os estudos sobre o principal filtro cultural desse ato, o fotógrafo. Esse ser dotado de ideologias, que carrega consigo a capacidade controladora do ato de fotografar, é mentor principal da trama da fotografia. O fotógrafo do final do século XIX e início do século XX é quem monta os cenários, quem posiciona as pessoas, quem retrata os centros urbanos, quem carrega os interesses de seus clientes. O profissional da fotografia, portanto, tem a capacidade de controlar a foto, “[...] a própria atitude do fotógrafo diante da realidade; seu estado de espírito e sua ideologia acabam transparecendo em suas imagens [...]”. (KOSSOY, 2001, p. 43) Com o profissional fotográfico a foto viaja,

chegará a locais nunca antes registrados, portanto “[...] o fotógrafo é um indivíduo que transita por diferentes territórios geográficos. Faz de suas câmeras verdadeiras postos de observação das culturas alheias e da sua própria. (BORGES, 2008, p. 91-92)

O historiador, pesquisador incansável em busca do conhecimento histórico, assemelha-se ao profissional da fotografia, pois esse “[...] também seleciona, corta e reúne documentos. Esta operação, no entanto, é guiada por teorias e conceitos sem os quais seria impossível compreender os sentidos que os atores sociais atribuem às suas práticas e às suas representações. (BORGES, 2008, p.86)

Após o ato fotográfico e a criação da foto, começam a ser construídas as representações, ou seja, a representatividade criada a partir do ato de formulação da imagem, pois no momento que a foto deixa de ser meramente um ato mecânico, também passa a ser perceptível como elemento imaterial, um ato que contém ideologias e consciências diversas formuladas desde a sua criação. A foto passa a ter o momento da “[...] ordem material que são os recursos técnicos, ópticos, químicos ou eletrônicos, indispensáveis para a materialização da fotografia e, os de ordem imaterial, que são os mentais e os culturais. (KOSSOY, 2002, p. 27)

A fotografia confunde-se com representação, pois ela é “[...] antes de mais nada, como uma representação a partir do real. Entretanto, em função da materialidade do registro, [...] também como um documento do real, uma fonte histórica.” (KOSSOY, 2002, p.31)

O estudo da representação, utilizando-se das fotografias, só foi possível no momento que os historiadores passaram a fazer uso de uma história calcada nos atributos culturais, ao invés de continuar exercendo uma historiografia voltada para fatos sociais enquadrados em dados demográficos e econômicos, é o momento que “[...] os historiadores tentaram pensar os funcionamentos sociais fora de uma partição rigidamente hierarquizada das práticas e das temporalidades [...] e sem que fosse dada primazia a um conjunto particular de determinações [...]” (CHARTIER, 1991, p. 176-177).

Ao analisar a representatividade da imagem fotográfica, é possível identificar diferentes pontos de interpretações como igualmente ao ler um documento escrito, fato que modifica no decorrer da história da fotografia conforme as ideologias presentes e a forma de leitura utilizada pelo receptor. Nesse processo, verificamos

que as imagens que observamos hoje não foram criadas para a observação de nossa época, como Chartier aborda:

A leitura não é somente uma operação abstrata de inteligência: é por em jogo o corpo, é inscrição num espaço, relação consigo ou com o outro. Por isso devem ser reconstruídas as maneiras de ler próprias a cada comunidade de leitores [...] Uma história da leitura não se pode limitar unicamente à genealogia de nossos modos de ler, em silêncio e com os olhos, mas tem a tarefa de redescobrir os gestos esquecidos, os hábitos desaparecidos. A questão é de importância, pois não revela somente a distante estranheza de práticas por longo tempo comuns, mas também os agenciamentos específicos de textos compostos para os usos que não são os de seus leitores de hoje. (CHARTIER, 1991, p. 181)

Portanto, a representação da imagem é resultado de criação de realidades que se alteram com os anos de existência da imagem fotográfica. Um processo onde existem duas realidades, a primeira voltada para o processo de criação da foto, e a posterior relacionada às interpretações realizadas pelos receptores ao longo do processo de vida do ícone fotográfico, como explica Kossoy:

A primeira realidade é o próprio passado. A primeira realidade é a realidade do assunto em si [...], diz respeito, à história particular do assunto independentemente da representação [...].  
A segunda realidade é a realidade do assunto representado, contido nos limites bidimensionais da imagem fotográfica, não importando qual seja o suporte no qual esta imagem se encontre gravada. (KOSSOY, 2002, p. 36-37)

A imagem fotográfica então, a partir da sua formulação de realidades, passa a ser objeto de dominação, de controle, mostrando assim, o uso da foto como elemento ideológico, pois no momento de criação da primeira realidade a fotografia já começa a receber interferências externas, originando realidades distorcidas, representações não existentes e formas de controle social, como identifica Chartier:

A relação de representação é, desse modo, perturbada pela fraqueza da imaginação, que faz com que se tome o engodo pela verdade, que considera os signos visíveis como índices seguros de uma realidade que não o é. Assim desviada, a representação transforma-se em máquina de fabricar respeito e submissão, num instrumento que produz uma exigência interiorizada, necessária exatamente onde faltar o possível recurso à força bruta: (CHARTIER, 1991, p. 185-186)

Portanto, a foto é passível de inúmeras interpretações que estão inseridas no seu interior, significados que podem ser entendidos em tempos distintos da sua

época, momentos imagéticos criados no processo que envolve fotógrafos, ideologias, tecnologia e receptores.

Na análise da representação de imagens da cidade de Taquara, é preciso formular uma metodologia que busque diversas fontes documentais, como por exemplo, periódicos, leis e códigos de posturas, nos possibilitando chegar próximo das possíveis realidades da foto. Esse aporte de documentos diversificados é importante para a identificação da imagem fotográfica, visto que, somente a foto pouco nos revela, é preciso à busca de fontes complementares para a reconstituição de determinado período em que a imagem foi produzida, como também para entender as circunstâncias que ocorreu aquele ato fotográfico. (KOSSOY, 2001, p.65)

Essa busca por fontes complementares torna-se fundamental porque, na maioria dos casos, a imagem fotográfica encontra-se descontextualizada de sua finalidade maior, do seu projeto inicial. (BURKE, 2004, p. 27) Para fundamentar essa atividade, também é importante tentar conseguir mais de um exemplar fotográfico de uma determinada área fotografada, pois “uma série de imagens oferece testemunho mais confiável do que imagens individuais [...]” (BURKE, 2004, p. 237-238).

Na estruturação dessa pesquisa procuramos dividir em três capítulos. No primeiro capítulo, abordaremos o contexto brasileiro da República Velha, como também o processo de urbanização e o uso da fotografia para registrar as vistas urbanas. No segundo capítulo, procuramos identificar o processo de construção da cidade de Taquara a partir do contexto nacional, para isso, nos servimos de diversificadas fontes regionais e locais no intuito de entender o processo de construção da área urbana, e posteriormente, o uso da imagem fotográfica no registro dessa área. No terceiro, e último capítulo, aplicamos a pesquisa de fato, onde escolhemos um grupo de imagens fotográficas que pudessem responder os questionamentos realizados anteriormente, como também, possibilitar entender as representações realizadas do ato fotográfico nos passeios públicos.

## **2. CARACTERÍSTICAS CONJUNTURAS: DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA A FOTOGRAFIA**

Nesse capítulo nos propusemos, em um primeiro momento, realizar a contextualização histórica do Brasil no final do século XIX e início do século XX, momento de transição política e administrativa. Em um segundo momento, realizamos análise do panorama urbano desse período, onde procuramos identificar as principais mudanças na paisagem urbana. Na última análise, que consiste no terceiro momento, caracterizamos a chegada da fotografia ao Brasil, identificando como ela foi utilizada para o registro das paisagens urbanas ao longo dos processos de modificações.

### **2.1. As alterações no final do século XIX no Brasil e no Rio Grande do Sul**

Na década de 1880, o Império do Brasil balançava à beira de inúmeros problemas sociais, mas foi um grupo pequeno de grandes latifundiários que realmente alterou as estruturas imperiais no momento que perceberam que seus interesses não estavam mais sendo alcançados, pois “[...] a monarquia se apresentava como obsoleta, incapaz tanto de responder aos anseios de descentralização administrativa e federalismo reivindicados pela burguesia paulista [...]” (PESAVENTO, 2002, p. 64) Foi promovida uma nova forma de gerenciar a nação que já se difundia por toda a América. Era a República, que chegava em 15 de novembro de 1889 através de golpe militar, em um momento que diversas ideologias aportam no Brasil.

Dentro das diversas ideologias que chegam da Europa, a primeira república foi direcionada pelos ideais positivistas, que entrou no Brasil por meio das faculdades de direito, influenciando diretamente na formação da classe média estudantil. Essa nova doutrina, dentro do Brasil, rebatia as idéias imperiais buscando corresponder “[...] de certa forma a um anseio generalizado das camadas letradas do país que esperavam do governo projetos mais consistentes, obras públicas e planos econômicos que favorecessem o liberalismo” (MARTINS, 2001, p. 57)

O grande apoio republicano, após a proclamação, veio dos Estados Unidos, tendo inclusive inspirado a primeira constituição republicana, originando-se assim, uma política liberal na economia e com estados descentralizados. A nova república “[...] foi recebida com restrições na Inglaterra [...] saudada com entusiasmo na Argentina e aproximou o Brasil dos Estados Unidos [...]” e a primeira constituição “[...] inspirou-se no modelo norte-americano, consagrando a República federativa liberal. A chave da autonomia dos estados [...]” (FAUSTO, 2000, p. 248-249)

A República tratou logo de eliminar alguns casos que dificultavam os interesses políticos e administrativos do estado, para isso, realizou-se “[...] a separação do Estado e da Igreja, a liberdade de cultos religiosos, o estabelecimento do casamento civil e a secularização dos cemitérios.” (MARTINS, 2001, p. 7)

A primeira República caracterizou-se por um regime oligárquico<sup>7</sup> onde prevaleceram os interesses regionais, originando-se políticas próprias com grande fortalecimento dos partidos locais. De uma forma geral, “a República concretizou a autonomia estadual, dando plena expressão aos interesses de cada região. Isso se refletiu no plano da política através da formação dos partidos republicanos restritos a cada Estado.” (FAUSTO, 2000, p.261)

Nesse processo de formação política da república, o mandante local é fortalecido na figura dos chamados coronéis, que caracterizavam longa permanência nos cargos políticos, originando uma rede de compromissos que era formada por vários elos, como o “[...] fortalecimento dos poderes estaduais, formação dos quadros oligárquicos regionais, supressão do poder moderador imperial e preservação dos esquemas informais de poder, encharcados de patrimonialismo e mandonismo. (AXT, 2007, p. 89)

Nesse processo de transição, o Rio Grande do Sul está entre os principais centros de modificações do país. O período republicano gaúcho foi marcado pela forte presença do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), que manteve o poder, até finais da década de 1920, com mãos de ferro. Essa nova classe política “[...] propusera a oferecer novas soluções para velhos problemas [...]. Preocupou-se em incorporar setores do colonotato [...] e cooptar aqueles elementos egressos do

---

7(FAUSTO 2000, p. 261,) “Oligarquia é uma palavra grega que significa governo de poucas pessoas, pertencentes a uma classe ou a uma família. De fato, embora a aparência de organização do país fosse liberal, na prática o poder foi controlado por um reduzido grupo de políticos em cada Estado.”,

complexo colonial que enriqueciam: comerciantes e industriais.” (PESAVENTO, 2002, p. 66) Esse novo panorama dado para solucionar os problemas do estado ia contra os interesses da elite rural (estancieiros e charqueadores), dominantes até então.

A ideologia proposta pelo PRR, fundamentada por Júlio de Castilhos, seguia os preceitos da influência positivista, que buscava a ordem e o progresso para o crescimento do estado. Castilhos elaborou uma estrutura onde “[...] o bem público consistia no fortalecimento do Estado [...] esse fortalecimento deve-se dar em todos os campos: obras públicas, desenvolvimento industrial, estabilidade das finanças públicas, amortização da dívida do Estado, preservação da poupança oficial, educação cívica dos cidadãos [...]”. (RODRÍGUEZ, 2007, p. 64)

Os sucessores de Castilhos mantiveram a organização política, administrativa e moral do PRR, originando o que foi chamado de castilhismo, uma ideologia que “[...] diferenciava-se do comtismo em virtude de destacar incisivamente a presença dominadora do Estado nos diferentes campos da vida social [...]. O castilhismo mostrou-se mais decididamente totalitário [...]”. (RODRÍGUEZ, 2007, p. 74)

O PRR, ao longo de quatro décadas, instaurou um sistema eleitoral que aos olhos da grande massa mostrava-se eficiente e virtuoso, mas não passava de fraudulento, pois a constituição “[...] assegurava a supremacia do poder executivo sobre o legislativo quanto permitia sucessiva reeleição do governante [...]. Tal situação, associada à fraude eleitoral, assegurava a continuidade do governante no poder.” (PESAVENTO, 2002, p. 68) Essa prática eleitoral permitiu não só o mando do governo estadual por longo tempo, mas também os diversos intendentess que se elegiam eternamente nos municípios.

Essa ditadura disfarçada elegeu outras alterações que escapam ao campo da política, mas que tem suas respostas dentro dessa nova elite que surgira no país. As grandes reformas urbanísticas foram a vitrine desses novos mandantes pelo Brasil, como veremos a seguir.

## **2.2. A República Velha e o urbano pautado pela organização**

Em meio a mudanças no campo político administrativo, as cidades passam a receber a influência dessa nova elite que buscava identificar seu modo de vida dentro dos espaços urbanos. Nesse contexto, a ideologia republicana era pautada nos ideais que vinham da Europa, como “[...] o darwinismo social do inglês Spencer, o monismo alemão e o positivismo francês de Auguste Comte.” (SEVCENKO, 1998, P. 14) Essas influências refletiram-se na organização e a higienização dos lugares urbanos no momento em que grandes massas são envolvidas num processo de mudanças nunca antes visto. As primeiras áreas a receber essas alterações foram os grandes centros, como por exemplo, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Porto Alegre.

Essas alterações urbanas provinham do velho mundo, onde o reorganizar da urbe foi estabelecido com “[...] o caos urbano, favorecido pela Revolução Industrial, incentivou as primeiras tentativas de planejamento urbano e de construção de uma cidade ideal.” (RAMINELLI, 1997, p. 185) Esse crescimento desordenado alocou as fábricas entre moradias e moradores entre as fábricas, onde “os governantes europeus tiveram a tarefa de ordenar, higienizar e pensar em soluções possíveis para a vida urbana. (RAMINELLI, 1997, p.185)

De fato, as modificações da urbe surtiram efeito a partir da metade do século XIX em diante, no momento que ocorre um “boom” tecnológico, onde grandes invenções surgem para facilitar e agilizar o processo industrial. Esse momento pode ser chamado de “Segunda Revolução Industrial, também intitulada de Revolução Científico – Tecnológica [...] [...] ela possibilitou o desenvolvimento de novos potenciais energéticos, como a eletricidade e os derivados de petróleo, dando assim origem a novos campos de exploração industrial (...)” (SEVCENKO, 1998, p. 8-9)

No Brasil, essas alterações foram realizadas para romper com o passado, levando em conta dois aspectos: “[...] de um lado procurava modernizar e “europeizar” a antiga urbe colonial; por outro lado, a reforma pretendia ordenar e disciplinar a população pobre [...]” (RAMINELLI, 1997, p.202).

Essa ideologia provinha ainda do final do período colonial, onde o Brasil já buscava identificar aos olhos estrangeiros que se modernizava. Essa imagem de ordem acentua-se e concretiza-se na república, onde a necessidade de “[...] ‘civilizar’, [...] espelhar as potências industriais e democratizadas [...]. As Grandes capitais da jovem República constituíam o horror a qualquer um que estivesse

habitado aos padrões arquitetônicos e sanitários de grandes capitais européias [...]. (MARINS, 2004, p.134)

Dentro dessas alterações urbanas, a questão do transporte sempre foi muito discutida e elaborada. O estado republicano buscava um projeto de atender aos interesses da elite agrária que precisava escoar sua produção. Para isso, estruturou-se uma malha ferroviária que ligasse os principais centros de produção de café no sudeste como também ferrovias que fizessem a ligação da área colonial gaúcha à capital. O trem era o elemento mais moderno que existia em transportes na época, substituindo o atrasado sistema de mulas e ou barcos que transitavam pelos rios.

O trem, no início do século XX, consistiu em um intenso elemento urbanizador, dele surgiram cidades que se fundamentaram no seu tráfego diário. Ao analisar o estado de São Paulo, o trem proporcionou uma revolução que levou ao povoamento de áreas urbanas antes pouco habitadas, onde “[...] constituíram-se moradias, algumas de grande porte, apalacetadas, escolas e hospitais enquanto suas praças receberam jardins públicos. Introduziu-se a iluminação a gás; instalaram-se telégrafos e serviços telefônicos.” (MARTINS, 2001, p. 40) A própria cidade de São Paulo é um exemplo, “entroncando as linhas férreas que levavam à corte e ao Vale do Paraíba, ao próspero Oeste e a Santos, porto escoador da produção cafeeira [...]” (MARINS, 1998, p. 171)

As primeiras alterações nos espaços urbanos surtiram efeito nos nomes das ruas, praças e prédios públicos. Todos aqueles elementos públicos que lembrassem os heróis nacionais do império ou qualquer nome que se remetesse a religião foi trocado pelos “heróis nacionais” da república. Foi um momento que

[...] a nomenclatura das ruas era alterada, substituindo-se os nomes do Império por aqueles da República. As ruas denominadas de Imperatriz se transformaram em ruas 15 de Novembro, assim como muitos Largos da Matriz passaram a chamar-se Praça da República. (MARTINS, 2001, p. 12)

No campo das alterações estruturais urbanas, o Rio de Janeiro foi a primeira cidade brasileira a sofrer com essas interferências, por se tratar da capital e a vitrine do Brasil. Nesse processo delimitou-se um “(...) plano em três dimensões (...) executar simultaneamente a modernização do porto, o saneamento da cidade e a reforma urbana”. (SEVCENKO, 1998, p. 22). Esse projeto tinha intenções claras de modificar o panorama da cidade, buscando “[...] garantir a transformação social e

cultural da cidade, e obter um cenário decente e atraente aos fluxos do capitalismo internacional [...]” (MARINS, 1998, p. 143)

A área urbana carioca sofreu intensas transformações na área próxima ao porto, iniciando “(...) o processo de demolição das residências da área central, que a grande imprensa saudou denominando-o com simpatia de a ‘Regeneração’. Para os atingidos pelo ato era a ditadura do ‘bota-abaixo’.” (SEVCENKO, 1998, p. 23)

Em São Paulo, as práticas aplicadas foram copiadas da experiência carioca. A cidade paulista, em fins do século XIX, formava um aspecto “[...] em que se entreviam os tempos rudes da antiga capitania de sertanistas e tropeiros, era o horror dos triunfantes cafeicultores e empresários paulistas republicanos.” (MARINS, 1998, p. 172) A grande massa de pessoas que migraram para a grande cidade formou imensos bairros sem planejamento, onde “o abrupto inchaço habitacional agudizava o perigo das epidemias [...]” (MARINS, 1998, p. 173)

Nesse processo de inchaço populacional paulista, consolida-se as reformas urbanísticas, principalmente na área central, que foi “(...) considerada não civilizada, também foi atingida pelas demolições excludentes (...). Um extenso programa de retificações e alargamentos das ruas centrais permitiu melhor definição dos espaços (...)” (MARINS, 1998, p. 178-179) nesse processo surgiram os grandes bairros jardins, buscando a separação social.

Em Porto Alegre, a abertura de novas avenidas, pavimentação, construção de edifícios novos, sistemas de captação de esgoto, captação de água, a modernização do porto caracterizavam as principais mudanças, que visavam adequar “(...) a capital gaúcha no padrão de controle necessário às cidades portuárias integradas nas redes capitalistas, apta para receber os fluxos internacionais, tornando-se digna da projeção econômica de celeiro e centro do charqueado brasileiros.” (MARINS, 1998, p. 164)

A área central de Porto Alegre sofreu intensas alterações através de plano de melhoramentos traçado pelo governo municipal. Esse plano buscava a organização e higienização do centro, que levava conseqüentemente a “extinção dos becos que cortavam as ruas principais da cidade, e cujas denominações revelam parte do panorama urbano que continham: beco do Mijo, dos Pecados Mortais, do Leite, da Fonte” (PESAVENTO, 1999, p. 58)

Dentro desse processo de transformação da área urbana era importante o papel do registro da imagem, das alterações empreendidas por essa nova elite, para

isso, utilizou-se o que havia de mais moderno naquele momento, a fotografia. O ato de fotografar era tão importante que seguidamente nos esbarramos com vistas das paisagens urbanas desse momento da história brasileira, como podemos verificar a seguir.

### **2.3. A fotografia no Brasil e seu uso para retratar as paisagens urbanas**

Antes de nos reportarmos ao processo de fotografar os espaços urbanos brasileiros, em um momento de transformação, precisamos entender como essa invenção que revolucionou a virada do século XIX, chegou ao Brasil.

No princípio da década de 1840 a fotografia começa a engatinhar na Europa, originada de experiências que objetivavam gravar a imagem em uma superfície, foi Nicéphore Niépce, em 1824, que fixou a imagem em uma superfície fotosensibilizada. Mais tarde, Jean Jacques Mandé Daguerre prosseguiu as experiências, conseguindo fixar de vez a imagem e concretizando sua invenção chamada de daguerreótipo, que foi o primeiro, se não o primeiro, aparelho fixador de imagens. (MICHELON, 2007, p. 417)

A fotografia no Brasil não tarda a chegar, primeiro porque havia um pesquisador francês, Hércules Florence, radicado em São Paulo que estudava as técnicas fotográficas. Mas oficialmente o aparelho de Daguerre, chega às mãos de D. Pedro II no início dos anos de 1840, cabendo a ele o início da reprodução fotográfica brasileira e o próprio patrocínio a diversos fotógrafos, objetivando mostrar o progresso e modernidade de seu governo, como aborda Schwarcz:

[...] o primeiro fotógrafo brasileiro, o primeiro soberano – fotógrafo do mundo. O pioneirismo do soberano se evidencia já quando da concessão de seu imperial patrocínio a um fotógrafo, em 8 de março de 1851. Nessa época conferiu o título de Fotógrafos da Casa Imperial a Buvelot & Prat, antecipando-se dois anos à rainha Vitória. Na verdade, d. Pedro fará da fotografia o grande instrumento de divulgação de sua imagem; moderna como queria que fosse. (SCHWARCZ, 1998, p. 345)

Uma das primeiras fotografias de paisagem urbana do Brasil, que se tem conhecimento foi tirada no Rio de Janeiro. Essa imagem foi feita a partir do aparelho

de Daguerre, em 16 de janeiro de 1840, na realização da primeira viagem fotográfica pelo mundo<sup>8</sup>. O entusiasmo da época pode ser visto no Jornal do Comércio:

É preciso ter visto a coisa com os próprios olhos para se poder fazer ideia da rapidez e do resultado da operação. Em menos de nove minutos, o chafariz do largo do Paço, a praça do Peixe, o mosteiro de São Bento e todos os outros objetos circunstantes se acharam reproduzidos com (...) com fidelidade, precisão e minuciosidade. (JORNAL DO COMÉRCIO, 1840 *apud* TURAZZI, 2010, p. 17)

No Rio Grande do Sul, a fotografia chega aos grandes centros como Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, sendo as primeiras cidades a serem fotografadas, muito possivelmente. que por estrangeiros nos seus primeiros retratos, lá pela metade do século XIX. Talvez

[...] o primeiro fotógrafo do Rio Grande do Sul foi Roberto Offer, que acumulava as funções de arquiteto em Rio Grande – RS. [Já na capital,] em 1853, Luiz Terragno chegou a Porto Alegre usando o sistema denominado Eletrotipo e Grasseli. Este último se encarregava de colorir as fotografias caso lhe fosse solicitado” (DILL, 2009, p. 38-39)

A imagem fotográfica difunde-se no final dos anos de 1880, caracterizando as grandes exposições universais das quais D. Pedro II participava diretamente e de onde incentivou a elaboração de álbuns fotográficos do Brasil, como o *“Album de vues Du Brésil”*<sup>9</sup>. Elaboraões fotográficas como essa incentivaram na construção do ato fotográfico no final do século XIX e início do século XX, mostrando uma sociedade que se aproximava da civilização, surgindo a representação de paisagens urbanas.

As paisagens urbanas tornam-se difundidas por diversas finalidades, mas talvez a mais óbvia fosse o interesse dos fotógrafos que observaram uma possibilidade de ganho fácil, pois esse proveito era duplo, tanto dos governos que tinham interesse em registrar suas mudanças urbanas como dos próprios moradores locais que queriam o registro em algum tipo de foto ou cartão postal, como aborda Lima:

<sup>8</sup> A respeito da viagem do aparelho de Daguerre ver mais em: TURAZZI, Maria Inez. Máquina Viajante. IN: Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 5, nº 52, janeiro 2010.

<sup>9</sup> (KOSSOY, 2002, p. 89-90) [...] conjunto iconográfico que pode ser considerado como a última peça publicitária acerca do Brasil elaborada pelo governo imperial [...]. [...] publicado na França, sob os auspícios do Comitê Franco-Brasileiro, especialmente para a exposição Universal de Paris de 1889.

No caso das vistas urbanas, se tomarmos como referência material o barateamento decorrente do tipo de produção já em fase industrial e o envolvimento de outros ramos de atividade, podemos supor um processo de massificação ocorrido de forma mais acelerada. Quanto às funções sociais, as vistas urbanas completam o processo de auto-representação da sociedade burguesa fazendo com que a fotografia passe a integrar o elenco de suportes aptos à formação e veiculação de seu imaginário urbano. O universo representado através da variedade de temas – espaços públicos, ferrovias, fazendas de café – compõem a visão de mundo da burguesia na virada do século. (LIMA, 1998, p. 79)

No decorrer do final do século XIX vamos ter inúmeras representações paisagísticas urbanas realizadas pelos chamados fotógrafos paisagistas, que no início de suas atividades tinham que realizar suas funções quase que imóveis com o aparelho, pois “esse era o momento em que aparecem as imagens de cidades-fantasma, vazias de transeuntes, que as lentes das máquinas eram incapazes de captar.” (SCHWARCZ, 1998, p. 349)

Na república, com as intensas mudanças urbanas, tivemos fotógrafos específicos para os registros das transformações, como por exemplo, Augusto Malta<sup>10</sup> no Rio de Janeiro e Francisco de Paula Ramos de Azevedo<sup>11</sup> em São Paulo, onde essas fotografias tinham a finalidade certa de registro do que se estava sendo feito e de realizar a propaganda, como analisa Wolff:

As fotografias eram também vistas como úteis para comprovação, mais concreta do que relatórios escritos, das fases de evolução de obras [...] Esses registros, além de seu uso essencialmente técnico, permitiam uma comprovação justa do emprego do dinheiro público e, ainda serviam como potencial elemento de promoção da ação oficial. (WOLFF, 1998, p. 154)

Na capital, Porto Alegre, os primeiros fotógrafos paisagistas foram Rafael Ferrari, Calor e Jacinto (DILL, 2009). Esses mesmos profissionais foram encarregados pelo governo de “[...] fotografar cidades, monumentos, edifícios públicos, estabelecimentos agrícolas e fábricas do Estado [...]. Do conjunto de suas fotografias destacaram-se o panorama de Porto Alegre”. (DILL, 2009, p. 40-41)

As primeiras fotografias de obras públicas dos governos provavelmente foram feitas na cidade do Rio de Janeiro, ainda no período do Segundo Reinado, que já

---

<sup>10</sup> (OLIVEIRA JR., 1998, p.77) “Augusto Malta foi o primeiro fotógrafo funcionário público no Rio de Janeiro, o que pode ser denominado de fotógrafo documentarista, contratado em 1903.”

<sup>11</sup> (WOLFF, 1998) Fotógrafo e arquiteto que registrou as intervenções urbanas na cidade de São Paulo.

alimentava o desejo de mostrar as mudanças através da imagem. Isso demonstra que anterior ao governo republicano, o registro de paisagens urbanas já se difundia, sendo importante não descartar esses atos fotográficos, como aborda Turazzi,

[...] a atividade de documentação fotográfica das obras públicas realizadas na Corte e nas províncias do Império não pode ser dissociada do processo de consolidação do Estado imperial e de construção da idéia de nação. Por outro lado, o registro visual de importantes realizações materiais do Segundo Reinado (construção de diques, estradas, ferrovias, etc.) também deve ser visto como parte integrante do processo de criação e afirmação da memória coletiva dos engenheiros, um expressivo contingente profissional empregado na administração do Estado imperial e em empresas concessionárias de serviços públicos, entre outros setores. (TURAZZI, 2006, p. 66)

No período republicano também se elaboraram álbuns fotográficos que buscavam mostrar as modificações nas paisagens urbanas, originando assim, em 1922, o álbum com o tema do “Centenário da Independência do Brasil”, onde estavam representados espaços urbanos do Rio Grande do Sul levando em conta que “[...] todas as cidades que se consideravam inseridas nos parâmetros da modernidade” (MICHELON, 2007, p. 435). No ano de 1928 identificamos a publicação “O Rio Grande do Sul em Revista”, onde destacamos a cidade de Taquara, mostrando assim dois aspectos que nos interessa diretamente: a fotografia inserida nesse espaço, e o uso da fotografia para o registro de paisagens urbanas.

O uso da paisagem urbana impressa em cartões postais foi muito comum, principalmente na década de 1920, quando se difunde essa técnica com maior ênfase. “O advento do cartão postal, coincidentemente ao surgimento das revistas ilustradas entre outras formas de difusão impressa da imagem pictórica [...]” (KOSSOY, 2002, p. 65). Essa difusão da imagem no cartão levou ao retrato de inúmeras áreas, mas os fotógrafos logo se voltaram “[...] para a produção e veiculação de fotos para postais, predominando as vistas de logradouros panoramas das cidades, temas esses de interesse comercial imediato.” (KOSSOY, 2002, p. 65).

No próximo capítulo, iniciaremos o nosso estudo de caso procurando entender como esse processo de mudanças na virada do século XIX para o XX foi recepcionado na cidade de Taquara.

### 3. TAQUARA: POVOADO, CIDADE E FOTOGRAFIA

Esse capítulo pretende contextualizar a história de Taquara dentro do panorama delimitado para esse trabalho. No primeiro momento, procuramos localizar geograficamente o município de Taquara em sua abrangência atual e abordar o início da colonização das terras para entendermos o processo de surgimento da cidade. Num segundo momento, realizamos um panorama das mudanças urbanas na cidade de Taquara. Em uma última análise, caracterizamos a fotografia em Taquara, procurando identificar como se sucedeu a chegada deste instrumento, identificando fotógrafos, estúdios fotográficos e meios de divulgação das imagens urbanas.

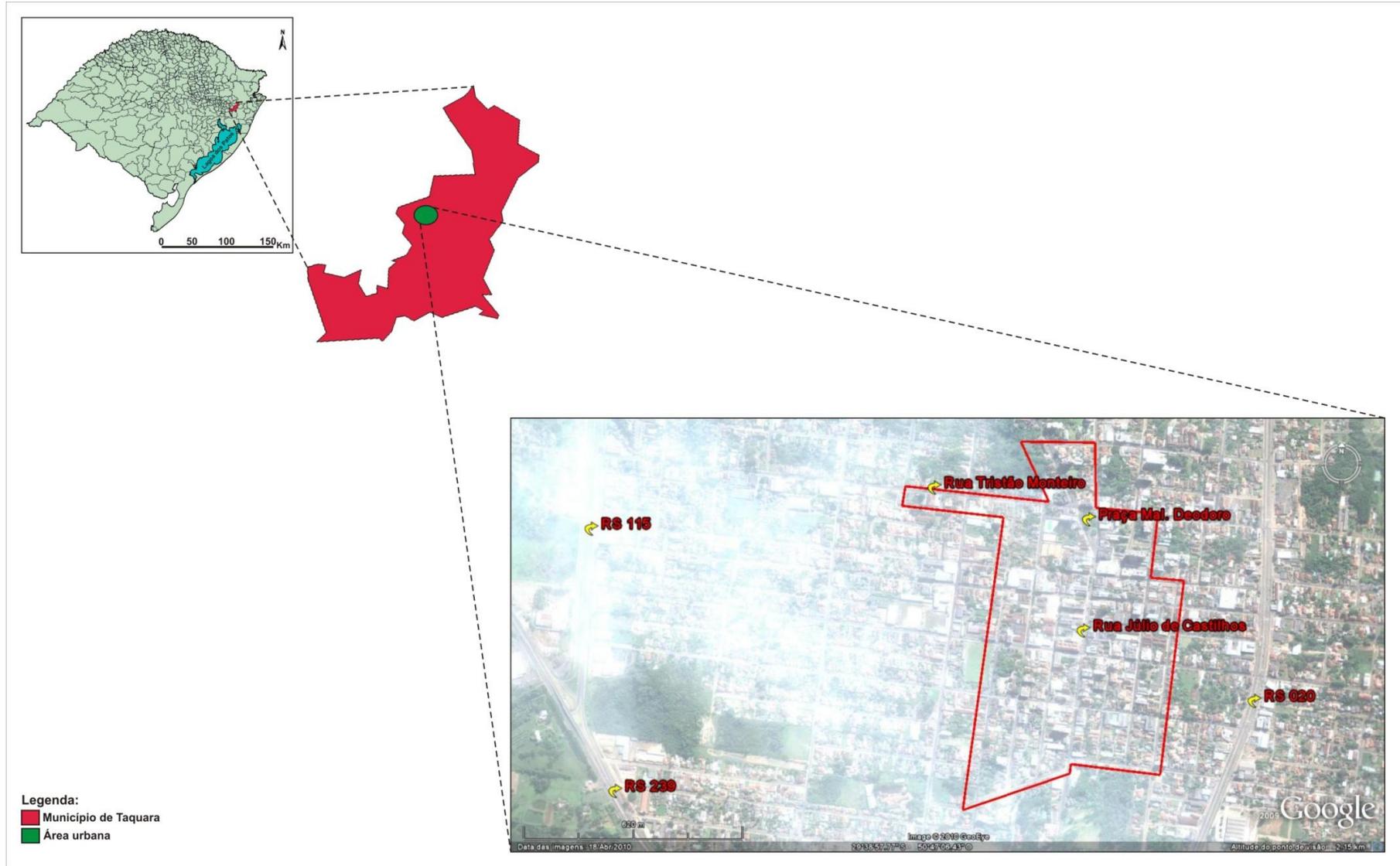
#### 3.1. Localização de Taquara

Dentro desse contexto, procurando facilitar o entendimento para os leitores desse trabalho, elaboramos um mapa de localização do município de Taquara, em seguida, capturamos imagem via satélite para que possamos delimitar a área de interesse de estudo que foi utilizada nessa pesquisa.

**Tabela 01 – Dados do município de Taquara**

<b>Altitude da sede (m)</b>	57
<b>Área (km<sup>2</sup>)</b>	457,13
<b>Coordenadas Geográficas</b>	29° 39' 03" S 50° 46' 51" O
<b>Distância da Capital (km)</b>	73
<b>Lei de criação</b>	1568 de 17/04/1886
<b>Mesorregião</b>	Metropolitana de Porto Alegre
<b>Microrregião</b>	Gramado – Canela
<b>Município de origem</b>	Santa Cristina do Pinhal
<b>Municípios limítrofes</b>	Araricá, Glorinha, Gravataí, Igrejinha, Novo Hamburgo, Parobé, Rolante, Santo Antônio da Patrulha, Sapiranga, São Francisco de Paula e Três Coroas

Fonte: [www.fee.tche.br](http://www.fee.tche.br); [www.cnm.com.br](http://www.cnm.com.br); [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br); 2010



**Figura 01 - Mapa de delimitação da área urbana de Taquara para a pesquisa**  
 Fonte: Sílvio Sílmar Peters (2010)

### 3.2. Contextualização histórica de Taquara: da fundação a Primeira República

O Vale do Paranhana<sup>12</sup>, onde está inserido o município de Taquara, tem suas origens na delimitação de fronteiras do sul do Brasil ainda no período colonial, entre lusos e espanhóis. Em meados do século XVII, “esse espaço não pertencia a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas. Era área da Espanha.” (FERNANDES, 2008, p. 26). Por ser uma área de passagem de tropas que disputavam fronteiras, “o espaço de encosta facilitou a presença desses grupos humanos associado ao interesse e incentivo da Coroa no século XVIII para garantir a posse das terras.” (FERNANDES, 2008, p.27).

A posse da terra ocorre através de sesmarias<sup>13</sup>, que serviam como grandes fazendas de abastecimento de gêneros de primeira necessidade (madeira, produtos agrícolas) à capital Porto Alegre e as tropas militares em época de guerra. Assim surgiu a Fazenda do Mundo Novo em 1814<sup>14</sup>, que fora concedida a Antonio Borges de Almeida Leans. Essa área viria a originar o município de Taquara, que no século XIX era descrita como sendo “(...) constituída por matos, roças, um engenho, um jogo de pedras de moer, uma roda de ralar, uma prensa grande, um alambique e um forno.” (FERNANDES, 2008, p. 29)

A morte de Antônio Leans em 1829, fez com que as terras fossem vendidas a Georg Eggers e Tristão José Monteiro<sup>15</sup> em 20 de junho de 1845<sup>16</sup>, passando a chamar a área de Colônia do Mundo Novo<sup>17</sup>. Em seguida, Monteiro comprou a parte de Eggers e iniciou o loteamento da área, ocorrendo a “(...) compra de terra por

<sup>12</sup> Região localizada na encosta da serra gaúcha, os quais fazem parte os municípios: Igrejinha, Parobé, Riozinho, Rolante, Taquara e Três Coroas.

<sup>13</sup> (PESAVENTO, 2002: 15) “A sesmaria era uma área de terra de aproximadamente três léguas (19.800m) de comprimento por uma de largura (6.600m), concedida pelo rei de Portugal aos homens abastados”.

<sup>14</sup> Data extraída da obra: KLAIN, Eldo. Colônia do Mundo Novo: a data de sua fundação. Taquara: FACCAT, 2007.

<sup>15</sup> “Tristão Joze Monteiro nasceu em Porto Alegre, no dia 6 de julho de 1816 (...) Faleceu, sem assistência médica, em sua casa em Taquara (...). (...) foi um personagem marcante na colonização de Santa Maria do Mundo Novo. (SILVA, 2005, p. 17)

<sup>16</sup> Data extraída da obra: KLAIN, Eldo. Colônia do Mundo Novo: a data de sua fundação. Taquara: FACCAT, 2007.

<sup>17</sup> (FERNANDES, 2008, p.30) A colônia do Mundo Novo está dividida em loteamentos, denominados de Santa Maria – margem oriental, Rio Santa Maria – margem ocidental, Fazenda Tristão Monteiro, Estrada da Serra – Taquara e Estrada da Serra – lado ocidental.

parte dos colonos alemães e seus descendentes porque São Leopoldo não comportava mais novas posses.” (FERNANDES, 2008, p. 32)

Essa área começa a desenvolver-se e a formar um pequeno povoado, que surge no que seria a divisa das duas linhas demarcatórias da estrada geral para Cima da Serra<sup>18</sup>. Em 1854, através de um levantamento estatístico das profissões no empreendimento de Monteiro, identificou-se 18 ofícios diferenciados, onde “a variedade de tipos profissionais é uma consequência das demandas, decorrentes do crescimento da Colônia e de sua formação urbana (povoado de Taquara) que se delineia.” (FERNANDES, 2008A, p. 40)

No ano de 1882, o pequeno povoado é elevado à categoria de freguesia<sup>19</sup> pela sua importância econômica, onde “o comércio e a agricultura em Taquara do Mundo Novo estavam por gerar um núcleo regional (...)” (SOBRINHO, 2008, p. 45) e política, no momento que “a freguesia (...) se desenvolvia ao mesmo tempo em que as relações políticas se tornavam cada vez mais complexas na região” (SOBRINHO, 2008, p. 46).

Em 1886, a freguesia emancipa-se<sup>20</sup> de Santa Cristina do Pinhal sendo elevada a categoria de vila<sup>21</sup>, dando origem a uma nova estrutura administrativa, fazendo com que os políticos sem espaço no município de origem debandassem para o recém criado, o que “representou uma oportunidade de políticos pinhalenses, principalmente os conservadores, além de membros da elite de Taquara do Mundo Novo, muitos deles de origem germânica, de atingirem o poder (...)” (SOBRINHO, 2008, p. 50), iniciando o processo de transformação da cidade a partir dos interesses desses mandantes.

Com o advento da república, o município de Taquara passa a ter as relações fortalecidas com o governo estadual, mantendo laços políticos através do Partido

<sup>18</sup> Informação extraída: SLVA, 2008, p. 21.

<sup>19</sup> Lei nº 1382, de maio de 1882 – Eleva à categoria de freguesia o distrito de Taquara do Mundo Novo, em o município de Santa Christina do Pinhal, com a mesma denominação e as seguintes divisas: pelo rio Santa Maria e pelo rio da Ilha, até as divisas atuais, pelos mesmos campos.

<sup>20</sup> Lei nº 1568, de 17 de abril de 1886 – Eleva a categoria de vila a freguesia da Taquara do Mundo Novo, criada pela lei provincial nº 1382, de 27 de maio de 1882, e daqui as divisas atuais, pelos mesmos campos.

<sup>21</sup> Segundo WEIMER, o emprego do conceito vila tem sua origem no Brasil Colonial, onde (WEIMER, 2004, p. 70-71) “para que uma povoação passasse à categoria de vila, não bastava crescer em tamanho. [...] Precisava de uma designação real especial por receber alguns privilégios, como um número variável de órgãos administrativos e jurídicos que eram vedados aos demais povoados. [...] Tudo isto mostra que a transformação de uma povoação em vila era um processo complexo que dependia da iniciativa real – portanto, política e nada tinha a ver com o tamanho de sua população.”

Republicano Rio-grandense (PRR). Os políticos locais que se sucedem nos cargos em Taquara, do final do século XIX até o fim da década de 1920, são todos simpatizantes do republicanismo.

É nesse período que ocorre o crescimento da cidade de Taquara, sucedendo-se os fatos mais marcantes para o seu desenvolvimento e afirmação estadual na época. Em 15 de agosto de 1903 ocorre a inauguração da ferrovia, ligando o município à capital. Já, em 1908 ocorrem dois fatos importantes que demonstram o crescimento e a importância do município para o estado: inauguração do edifício da intendência municipal<sup>22</sup>, e a elevação do município a categoria de cidade<sup>23</sup>.

Até fins do século XIX Taquara era administrada pelo Conselho Municipal, o qual nomeava o intendente, a partir de 1896 ocorre a primeira eleição, ocupando o cargo Sebastião Amoretti (1896-1900). O sucessor de Amoretti é o Cel. Diniz Martins Rangel (1900-1920), que se elege sucessivamente mostrando que o município seguia política governamental do estado que permitia reeleições infinitas. O terceiro intendente foi Arnaldo da Costa Bard (1921-1924), o qual se demonstrou ser o mais empenhado nas obras públicas, principalmente relacionadas ao embelezamento e higienização da cidade. O último intendente do período da República Velha foi João Correa (1924-1930), que seguiu a política urbana de seu antecessor.

### 3.3. A urbanização em Taquara

As primeiras alterações urbanas na cidade de Taquara ocorreram na formação do traçado das ruas, transformando o entroncamento de picadas em um povoado. A junção da picada que ligava as colônias da beira do rio Santa Maria às colônias da Santa Rosa e a picada que vinha do porto do Passo do Mundo Novo<sup>24</sup>

<sup>22</sup> 21 de dezembro de 1908.

<sup>23</sup> Decreto nº 1404, de 19 de dezembro de 1908 – Eleva à categoria de cidade a Vila de Taquara, considerando que o seu movimento industrial e comercial cada vez avulta mais, principalmente após a sua ligação férrea a outros centros; e também que o município conta população superior a 28.000 almas.

<sup>24</sup> Conforme Reinheimer, (REINHEIMER, 2008, p. 97) “a navegação, que teve início com a chegada dos primeiros imigrantes, tinha como local de chegada e partida o lugar chamado de Passo do Mundo Novo na confluência dos Rios Santa Maria e Sinos. Era também neste local que ficavam as duas extremidades das estradas, à margem direita a que seguia para a localidade de Entrepelados e dali para Lomba Grande (na época município de São Leopoldo), e a da esquerda que ia até Taquara em direção aos Campos de Cima da Serra.”

em direção a Serra, deram por juntar um entreposto de interesse comercial e formação do traçado urbano que fora delimitado pelo próprio Tristão Monteiro da seguinte forma:

[...] a Povoação do Mundo Novo se limitaria ao norte, com o denominado Caminho Público, atual Rua Guilherme Lahm; ao sul com a Rua São José, atual Cel. Evaristo; a oeste, com a Rua Sant'Ana, atual Federação e a leste , com a Rua Padre Tomé, atual Dezesete de Junho. As quadras mediriam 300X600 palmos (66X132m), com terrenos de 40X150 palmos (8,80X33m).(KOLIVER, 1996, p. 14)

Com a proclamação da república, evidenciam-se uma das primeiras alterações urbanas que foi típica das grandes cidades brasileiras na época: a troca dos nomes dos passeios públicos (ruas, praças, prédios públicos) dados no império por nomes que lembrassem os feitos da república. (Figura 02 e Tabela 02) Conforme Monteiro, ao analisar Porto Alegre,

“as antigas denominações das ruas, dos becos e das praças, que estavam ligados ao passado às práticas cotidianas, aos primeiros habitantes destes espaços ou a personalidades e acontecimentos significativos do período imperial, foram sendo substituídos por nomes políticos ligados à causa republicana e ao PRR” (MONTEIRO, 2007, p. 235).

Nesse processo, em Taquara, trocam-se os nomes de santos por nomes republicanos.

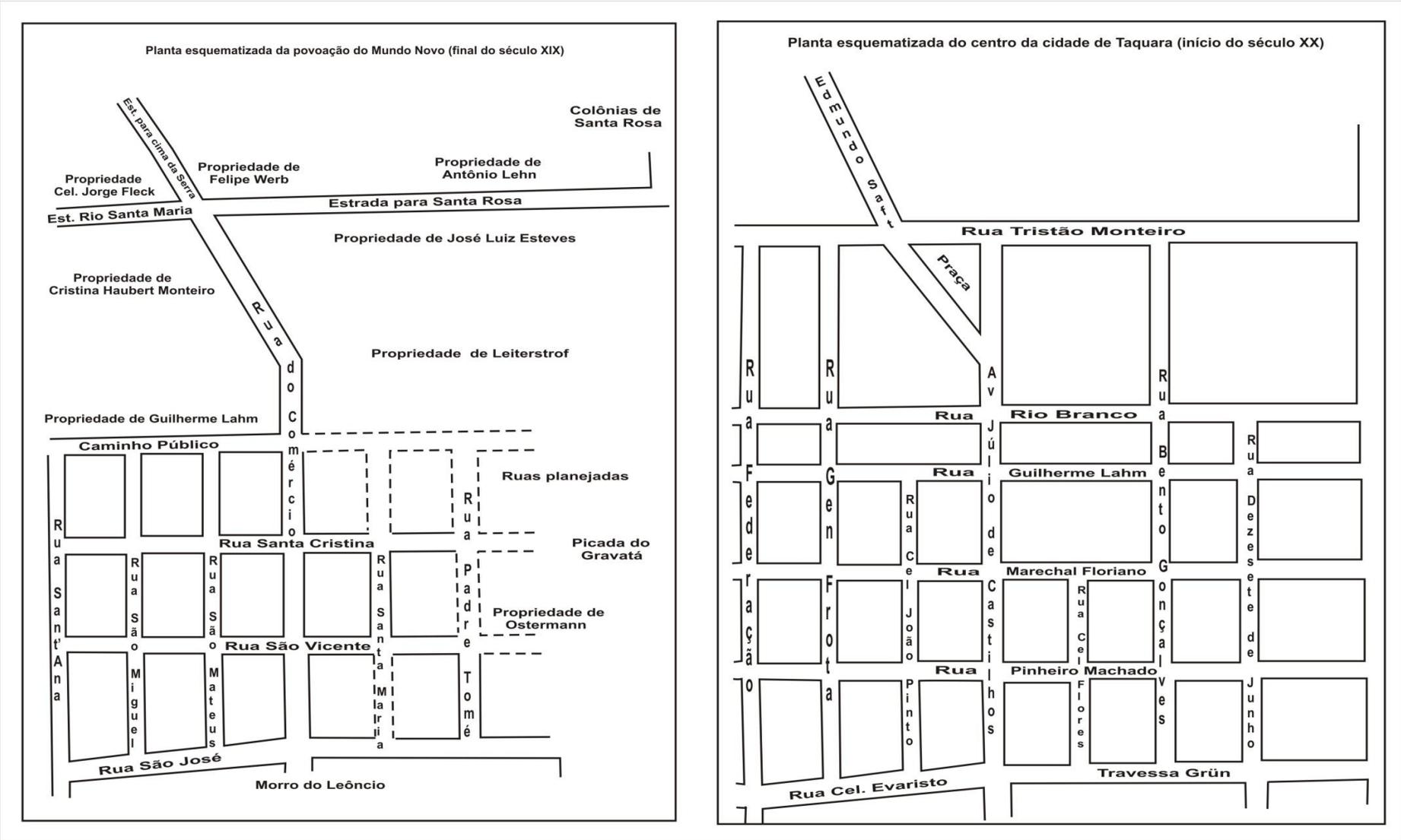


Figura 02 – Planta esquematizada de Taquara.  
 Fonte: KOLIVER, 1996. Reelaboração: Sílvio Silmar Peters, 2010

Tabela 02 – Nomes das ruas conforme a planta

<b>Nome atual / nome antigo</b>	<b>Significado atual do nome</b>
<b>Rua Tristão Monteiro (Estrada Santa Maria – Santa Rosa)</b>	Colonizador da região
<b>Rua Federação (Rua Sant’ana)</b>	Nome do jornal republicano
<b>Rua Edmundo Saft (Estrada para Cima da Serra)</b>	Médico
<b>Rua General Frota (Rua São Miguel)</b>	General Julio Anacleto Falcão da Frota foi nomeado governador do Rio Grande do Sul em 11/02/1890
<b>Rua Cel. João Pinto (Rua São Mateus)</b>	Eleito deputado estadual pelo PRR em 1891
<b>Rua Júlio de Castilhos (Rua do Comércio)</b>	Governador, idealizador da constituição republicana de 1891 e um dos fundadores do PRR
<b>Rua Bento Gonçalves (Rua Padre Tomé)</b>	General Farroupilha
<b>Rua Dezesete de Junho (Não existia)</b>	Volta de Júlio de Castilhos ao governo após o governicho
<b>Rua Rio Branco (Não existia)</b>	Diplomata brasileiro que ajudou a consolidar as fronteiras nacionais
<b>Rua Guilherme Lahm (Caminho Público)</b>	Um dos primeiros moradores e comerciantes da cidade
<b>Rua Marechal Floriano (Rua Santa Cristina)</b>	Segundo presidente da república
<b>Rua Pinheiro Machado (Rua São Vicente)</b>	Político republicano fundador do PRR no RS
<b>Rua Coronel Evaristo / Travessa Grün (Rua São José)</b>	Deputado federal eleito pelo PRR em 1892 / Jacob Grün foi industrial e comerciante de Taquara

Fonte: KOLIVER, 1996; Museu Histórico Municipal Adelmo Trott; 2010.

O traçado proposto por Tristão Monteiro para a cidade de Taquara foi de um trajeto regular, sendo tipicamente em forma de tabuleiro, seguindo o modelo utilizado pelo governo provincial. No Rio Grande do Sul, “no urbanismo, as cidades e vilas ora se filiam á tradição dos planos regulares (preponderância na planície), ora à tradição aldeã germânica (mais freqüente nas altitudes). (WEIMER, 2004, p. 149) Podemos ver que a cidade de Taquara aplica-se ao plano regular, conforme visualizamos na planta da página anterior, por localizar-se em planície.

No “Código de Posturas do Conselho Municipal do Mundo Novo de 1892”, identificamos o que pode ser a primeira delimitação, na forma legal, da área urbana de Taquara:

Art. 1º - O recinto da Villa do Mundo Novo é compreendido dentro dos limites seguintes: a norte, rua Tristão Monteiro, desde o entroncamento da rua Federação, até a Júlio de Castilhos, e, por esta acima, até a actual divisa das terras de José Raymundo com as de Augusto Klay, e por aquella rua Tristão Monteiro até o entroncamento da rua Pantaleão Telles; a sul Coronel Evaristo; a leste, a rua Pantaleão Telles; e a oeste, a Federação, até a extremidade norte das terras de D. Carolina Monteiro. (CODIGO DE POSTURAS, 1892)

Essa demarcação do urbano demonstra o crescimento da cidade, e também a necessidade de melhor organizar os espaços, demarcando o que é citadino para diferenciar da área rural. Também destacamos a proximidade da área delimitada pelo código com a planta esquemática exposta na página anterior.

É fato que o processo de urbanização taquarense está diretamente relacionado com a área de produção agrícola, onde “o comércio tem suas raízes nas colônias, e ao desenvolvimento destas deve sua prosperidade. [...] desenvolvimento [...] possível através das trocas [...]” (ROCHE, 1969, p.403) As relações entre comércio e agricultura levou a prosperidade dos entrepostos comerciais, que deram por surgir pequenos povoados, que eram elevados à vila e posteriormente à cidades. Esse processo, em Taquara, originou as primeiras casas comerciais, os prédios públicos, as igrejas, hotéis e pousadas, bancos, etc.

Com a produção aumentando, eleva-se a necessidade de transporte, que até então era totalmente voltado para o porto do Passo do Mundo Novo, que fazia a principal ligação do povoado até a capital, Porto Alegre. Neste sentido, para melhor atender as necessidades, projeta-se o prolongamento da ferrovia de Novo Hamburgo a Taquara, trazendo o trem, que era a agilidade e modernidade nos transportes em busca da produção agrícola.

A inauguração da ferrovia intensificou os laços comerciais entre o campo e a capital, montando uma rede de casas comerciais ao longo da área urbana, e desenvolvendo o traçado de algumas ruas da cidade de Taquara. Nesse processo de mudanças, identificamos maiores preocupações com a organização e higienização, como: Asseio Público, Matadouro Público, iluminação pública, alinhamento das casas, etc.

Dentro do espaço taquarense identificamos na paisagem urbana bancos (Banco da Província, Banco Pfifer, Banco Nacional do Comércio, Banco Popular), hotéis (Hotel Taquara, Hotel Jaeger, Hotel Brazil, Hotel do Sul, Hotel Dauber),

Hospitais (Hospital de Caridade, Casa de Saúde Faiock, Casa de Saúde Czermack), casas comerciais exportadoras (Fleck Ebling & CIA, Comércio de José Júlio Müller, Theobaldo Dienstmann, Alfredo Sperb, Ritter e Rangel, Henrique Bauermann, A. Lehnen & CIA, etc<sup>25</sup>), comércios diversos (Farmacia Mundo Novo, Joalheria Laube, Deposito de Artigos Dentarios, etc<sup>26</sup>) e indústrias diversas (têxtil - 1, couro - 11, madeira - 41, metalurgia - 11, cerâmica - 12, produtos químicos - 11, alimentação - 171, vestuário - 39, mobiliário - 21, edificação - 27, transporte - 20, relativas a ciências - 2, diversas - 6<sup>27</sup>)

Como podemos identificar, a diversificação de estabelecimentos, relacionados com a agricultura e o crescimento urbano, levou a necessidade da organização e embelezamento dos espaços públicos. Nesse processo, começam a ocorrer os primeiros registros fotográficos, imbuídos nesse crescimento urbano, como podemos observar a seguir.

### **3.4. O registro das paisagens urbanas taquarenses através da fotografia**

A fotografia na cidade de Taquara chega ao final do século XIX, quando aparecem os primeiros registros da paisagem urbana. Inicialmente, os profissionais que aqui vieram, provinham de locais como Porto Alegre ou São Leopoldo.

Os estúdios fotográficos da época podem ser identificados no verso de algumas fotografias que ainda guardam a memória do carimbo do atelier ou profissional. Nessa busca, podemos identificar apenas três estúdios no período em estudo: “Photographia Manchot e Brigel de Novo Hamburgo” (por volta de 1906), “Photografia Preuss de Taquara” (por volta de 1920) e “Photografia Lang (final da década de 1920)”.

Dos profissionais que provinham de outros lugares, ainda no século XIX, existem poucos registros, mas geralmente “eram itinerantes que alugavam um cômodo em casas ou pensões, ou se acomodavam em hotéis e, quando a clientela ficasse saturada, iriam para outro lugar. Nunca mais voltavam. Vinham do

<sup>25</sup> Informação extraída do encarte “Cincoentenário da Sociedade 5 de Maio”.

<sup>26</sup> Informação extraída do periódico “O Rio Grande do Sul em Revista – 1928”.

<sup>27</sup> Informação extraída do “Guia de exportação do Rio Grande do Sul – 1933”.

estrangeiro e eram chamados de retratistas. (ALVES, 1998, p.9) Esses fotógrafos, muito provavelmente, saíam também pelo interior para usufruir rendimentos fotografando as famílias rurais.

Os registros das paisagens urbanas taquarenses evidenciam-se após a emancipação, mas principalmente nas décadas de 1910 e 1920. Nesse momento, encontram-se o fenômeno do cartão postal e a publicação de imagens em revistas. Também identificamos esses registros em relatórios de intendentess<sup>28</sup>

As imagens da época, quando veiculadas a nível público, como os cartões, revistas e relatórios, sempre se evidencia a paisagem urbana. É o momento em que a cidade pode ser visualizada por pessoas não moradoras de Taquara, onde podem visualizar uma área urbana em meio à atividade agrícola. Para isso, evidenciam-se as imagens que retratam a área central, como a Rua Júlio de Castilhos e posteriormente a Rua Tristão Monteiro.

Por muito tempo, o passeio público da Júlio de Castilhos foi intensamente retratado, pois era o único lugar que possuía uma grande leva de residências que pudesse retratar de fato uma cidade. Com o crescimento da Rua Tristão Monteiro, a partir da chegada do trem, essa via também passa a ser alvo dos fotógrafos, por concentrar residências importantes e também por ser o lugar de chegada de pessoas ilustres.

Dentro deste contexto, a paisagem citadina torna-se o foco dos retratistas, como veremos no próximo capítulo, onde aprofundaremos nosso estudo, identificando as principais imagens fotográficas urbanas da cidade de Taquara.

---

<sup>28</sup> Esses registros são encontrados nos relatórios do intendente Arnaldo da Costa Bard (1921-1924), onde identificamos retratos de obras públicas. Esses relatórios estão disponíveis no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, no município de São Leopoldo.

## **4. PAISAGENS URBANAS DE TAQUARA**

Neste capítulo, apresentamos os dados obtidos na pesquisa de campo sobre as paisagens urbanas de Taquara representadas por fotografias. Para a realização dessa atividade, selecionamos algumas imagens fotográficas dentre as tantas que chegaram a nossas mãos.

Essa atividade foi subdividida em áreas temáticas para uma melhor análise e compreensão dos dados obtidos. A divisão foi realizada através dos recortes temporais mais significativos. As análises foram realizadas de modo que tivessem relação com o panorama nacional da época (final do século XIX até final da década de 1920).

### **4.1. A Vila quer tornar-se cidade**

As fotografias de paisagens urbanas, da virada do século XIX para o século XX, da cidade de Taquara mostram um acanhado vilarejo que se resumia em pequenas porções de residências onde o rural exaltava-se sobre o urbano. Essas construções restringiam-se a atual Rua Júlio de Castilhos e algumas poucas na subida da atual Rua Dr. Edmundo Saft.

As fotos selecionadas para o estudo desse período inicial da cidade de Taquara fazem parte do processo de transição do Brasil império para o Brasil republicano. Essas imagens caracterizam a construção do nacional brasileiro, iniciada no Segundo Reinado e continuada por toda a Primeira República, onde “Civilização e Natureza são os componentes da formulação ideológica da nação [...]. Tratava-se de incorporar e dominar a natureza visando à edificação de uma nação civilizada (européia) nos trópicos” (KOSSOY, 2002, p. 74). Essa construção do nacional tratava “[...] basicamente, das cenas de progresso material enfatizando-se os avanços da técnica como as obras de implantação de estrada de ferro [...], agricultura [...], transformações urbanas [...].” (KOSSOY, 2002, p. 80-81).

A seguir, selecionamos três imagens que retratam a cidade de Taquara no final do século XIX e por volta do ano 1900, identificando o processo de transformação da paisagem urbana taquarense.

#### 4.1.1. A primeira impressão



**Figura 03 – Vista geral da área urbana de Taquara (década de 1880)**

Fonte: Acervo particular de Carlos Eduardo Trott.

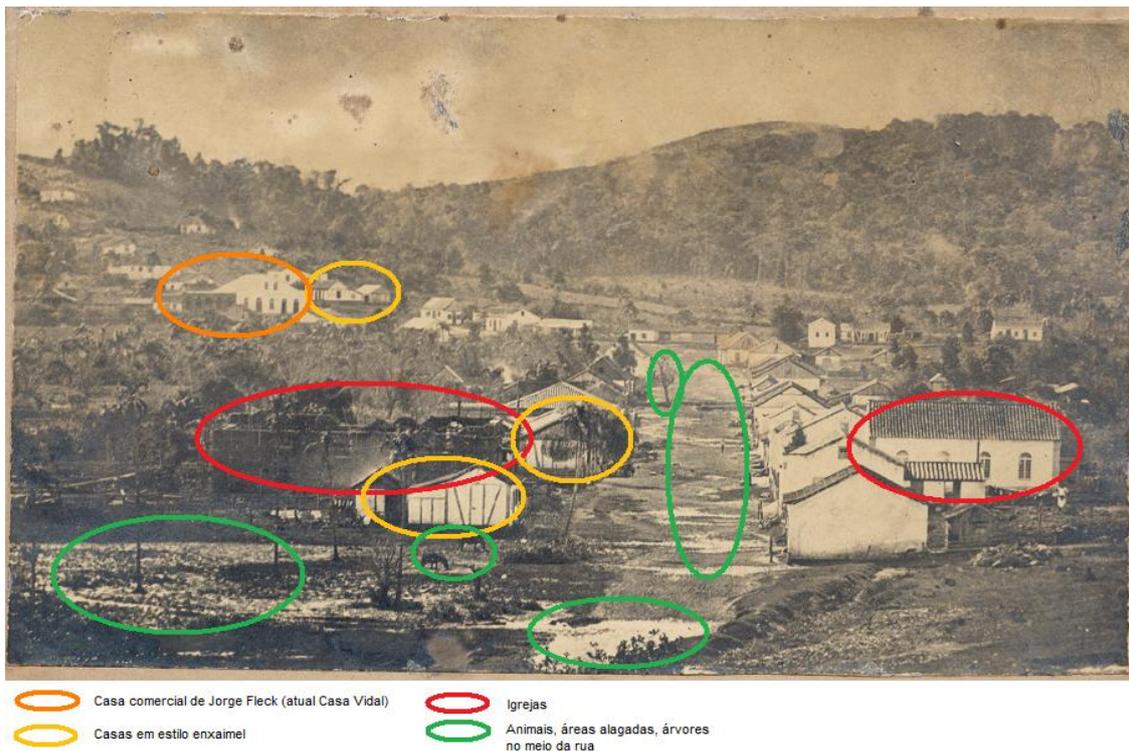
A paisagem urbana representada acima, talvez a primeira foto da cidade de Taquara, foi feita a partir do chamado Morro do Leôncio, próximo onde atualmente situa-se o Colégio Santa Terezinha. Essa fotografia procura identificar a antiga Rua do Comércio, atual Rua Júlio de Castilhos, como também todo o pequeno conjunto urbano existente. A imagem corresponde à década de 1880, pois identificamos duas datas distintas para essa mesma fotografia (1883 e 1886).

A primeira impressão da imagem que caracterizamos é o aspecto extremamente rural presente dentro do urbano taquarense, pode-se dizer que o aspecto natural exalta-se sobre as poucas casas, onde identificamos imensas áreas de mata junto às residências.

Essa imagem urbana é típica de cidades brasileiras no virar do século XIX, podendo ser analisada conforme as cidades paulistas dessa época, que são

“(…) definidas por ruas sem calçamento, toscos edifícios públicos a lembrar o poder civil – a acanhada Casa de Câmara e cadeia – e o poder religioso – geralmente um pequenina igreja. As construções eram modestas, plantadas em praças de terra batida onde ciscavam galinhas, e porcos eram atropelados pelo gado solto, desgarrados das tropas que atravessavam o centro da cidade. Poucos comércios, festas apenas nos dias santos, nenhuma animação urbana.” (MARTINS, 2001, p. 36)

A análise das cidades paulistas, realizada por Martins, serve perfeitamente para a descrição da imagem fotográfica, aqui apresentadas. Neste sentido, realizamos algumas intervenções procurando um melhor entendimento da foto, conforme segue abaixo.



**Figura 04 – Vista geral da cidade de Taquara e observações (década de 1880)**

Fonte: Acervo particular de Carlos Eduardo Trott. Reelaboração: Alex Juarez Müller

De acordo com as observações na imagem, podemos identificar ao fundo a Casa Comercial de Jorge Fleck, existente até hoje, sendo a mais significativa construção da época e que pode exemplificar a importância dos entroncamentos das picadas, pois a edificação está inserida justamente na junção das duas estradas que cruzam o povoado.

A foto também representa o contraste religioso, pois as duas igrejas, católica à esquerda, em construção; e luterana à direita, sem torre, talvez seja o ponto mais interessante, pois em primeiro lugar identificamos os templos frontais, em momento que

“o católico seguia a religião oficial; o protestante era apenas tolerado, pois o artigo 5º da Constituição estabelecia: ‘A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com o seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo’” (DREHER, 2004, p. 58)

Em um segundo momento, observamos que a igreja luterana já estava edificada anterior a católica (a luterana foi construída em 1874 e a católica 1884), o que sugere que os imigrantes e os descendentes não seguiam esta lei imperial, muito menos a regra de o templo possuir apenas aparência residencial, pois a torre seria construída antes da Proclamação da República.

Identificamos também, as características da área urbana daquela época com diversos pontos alagados, árvores na rua, animais soltos e casas modestas. É com o intuito de mudar esse espaço que em 1893 evidencia-se o código de postura municipal, muito comum desde o império e efetivado na república, onde eram explicitas inúmeras normatizações que “[...] legislavam sobre os aspectos externos das construções e eram muito rígidas no estabelecimento de regras que normalizassem as fachadas que davam para a rua [...]” (WEIMER, 2004 P. 134)

Também visualizamos na imagem a existência de casas na técnica enxaimel<sup>29</sup>, mostrando a influência, principalmente, dos imigrantes germânicos e descendentes na pequena vila, o que demonstra a diferenciação na forma de organização do espaço citadino, pois os imigrantes e descendentes possuíam o hábito de construir a casa recuada da rua para a elaboração de um jardim a frente, diferente dos descendentes de origem lusa que edificavam as construções alinhadas rente ao passeio público. (WEIMER, 2004)

Em uma observação geral, essa fotografia é importante para o marco inicial do registro da cidade, pois identifica muito mais um momento político - administrativo

<sup>29</sup> Construção com vigamento em madeira encaixado entre si através de um sistema numérico. O preenchimento pode ser feito com pedra, tijolos ou adobe (mistura feita de barro com fibra vegetal). Essa técnica construtiva é típica da Europa, sendo intensamente utilizada na Idade Média. No Brasil chegou pelos migrantes e imigrantes, como portugueses e alemães. (WEIMER, 2005)

do que propriamente a área urbana. Lembramos que na década de 1880 Taquara elevou-se a freguesia, e posteriormente emancipou-se, o que identifica a importância do registro do jovem município.

Em relação a última análise dessa foto, destacamos que não há transeuntes na única rua da vila e nem sequer movimentação de carros de tração animal, o que identifica uma possível realização dessa imagem no amanhecer ou meio dia, por tratar-se de luminosidade melhor para o ato fotográfico. Consideramos que a atividade de fotógrafo, na época, custava carregar grandes estúdios e muitas vezes a técnica empregada necessitava de alguns minutos para a fixação da imagem.

#### 4.1.2. O povoado vai transformando-se

A duas imagens posteriores retratam a cidade de Taquara nos primeiros anos de 1900, onde identificamos a primeira vista uma cidade que já almejava melhor organização das ruas, buscando descaracterizar o aspecto rural. Essa nova estrutura do espaço identifica-se juntamente a partir do momento em que o município passa a escolher seus intendentess, evidenciando-se a preocupação com a área urbana. O intendente Sebastião Amoretti (1896 - 1900), foi quem realizou as primeiras intervenções nas “[...] ruas Federação, Tristão Monteiro, e Guilherme Lahm, com perfeitas condições de trafegabilidade, foram entregues ao trânsito público.” (AGUIAR & CASADO, 1986, p.34)



**Figura 05 – Vista a partir da Rua Dr. Edmundo Saft (início da década de 1900)**  
Fonte: Acervo particular de Carlos Eduardo Trott



**Figura 06 – Vista da cidade de Taquara a partir do Morro do Leôncio (início da década de 1900).**  
Fonte: Museu Histórico Municipal Adelmo Trott

As imagens acima identificam a cidade de Taquara em um mesmo momento, porém de lados opostos. A primeira imagem caracteriza a vista a partir da Rua Dr.

Edmundo Saft (norte para sul), mostrando a antiga Rua do Comércio e atual Rua Júlio de Castilhos. A segunda imagem foi retratada a partir do Morro do Leôncio (sul para norte), podendo ser avistado novamente a atual Rua Júlio de Castilhos e ao fundo, no pé do morro à esquerda, o traçado da Rua Tristão Monteiro com poucas construções.

Ambas as imagens identificam modificações da paisagem urbana em relação à análise anterior, onde já se pode perceber a aplicação dos regramentos do código de posturas de 1893.

Em primeiro momento identificamos melhor alinhamento da rua principal, a existência de calçada e o cercamento de terrenos baldios, uma exigência do código de posturas conforme o artigo 11 que dizia que

“[...] os proprietários dos terrenos que medeiam entre as casas situadas na rua Julio de Castilhos, no espaço compreendido desde a rua Tristão Monteiro até a Coronel Evaristo, são obrigados a amurar as frentes dos mesmos terrenos [...]” (CODIGO DE POSTURAS, 1892, p. 7)

Em relação às edificações, podemos observar residências que obedecem a uma melhor organização, pois o código de posturas exigia que todas as residências construídas a partir de então fossem solicitadas autorizações a intendência, onde o artigo 8 deixa claro que “[...] nenhum edifício se construirá dentro dos limites da Villa e povoações, sem preceder licença do intendente [...]” (CODIGO DE POSTURAS, 1892, p.5) Também exigia melhor alinhamento das casas, tamanhos mínimos, disposição das janelas e portas, poluição por chaminés e proibição de cortiços.

Quanto à higiene pública, a imagem não passa os percalços pelo quais era preocupação no início do século XX, pois com o crescimento do povoado passam a ter as preocupações com o lixo e o esgoto. Os serviços de recolhimento desses dejetos não existiam, como podemos ver no relatório do intendente Cel. Dinis, em 1907, que após uma epidemia na cidade deixa explícito que

“E é para evitar idênticas e possíveis manifestações em nossa já populosa villa que continuo cada vez mais convencido da necessidade imprescindível de estabelecer-se um serviço popular de remoção de matérias fecaes, acabando com os infectos depósitos domiciliários, focos originários sempre de alteração do estado sanitário das sociedades” (RELATÓRIO 1907, p. 3)

Essa preocupação com a higiene já era vista nos grandes centros, como na capital Porto Alegre, onde o crescimento acentuado da cidade “[...] fez com que as

condições de higiene [...] não fossem muito satisfatórias, tendo em vista as epidemias que assolaram [...] na segunda metade do século XIX e início do século XX” (MONTEIRO, 2007, p. 230)

Na primeira foto, podemos identificar o cavalo como o meio de locomoção principal. Também observamos a grande maioria de construções com arquitetura de descendência colonial, sem grandes requintes, não havendo ainda as influências decorativas que as capitais da época no Brasil já vivenciavam como igualmente o velho sistema de iluminação por lampião.

Na segunda foto, apresentam-se os aspectos políticos e religiosos em primeiro plano. Primeiramente, avistamos a antiga intendência (primeiro prédio da esquerda para a direita) com os aspectos arquitetônicos coloniais e logo após as duas igrejas, caracterizando-se a luterana já com a torre. Lembramos que a localização é estratégica, pois ambas as instituições estão na entrada principal da cidade para a época.

Em uma última análise dessas duas imagens, podemos identificar que o momento de registro dessas paisagens urbanas é diferenciado, pois a ocasião desse ato fotográfico foi de caracterizar o crescimento da cidade, de mostrar as modificações já realizadas, de visualizar a organização dos espaços públicos. Também podemos observar o momento desse ato fotográfico, que possivelmente, ocorreu entre o amanhecer e o meio dia, pois novamente há poucos transeuntes nas ruas.

#### **4.2. De vila a cidade: a transformação urbana com o trem**

O início do século XX, para Taquara, transformou a paisagem urbana, pois a chegada do trem em 1903 elaborou um novo projeto de crescimento da área urbana, que até aquele momento concentrava-se na antiga picada que se transformou em Rua do Comércio e depois Rua Júlio de Castilhos.

Antes do trem, a Rua Júlio de Castilhos era o centro da paisagem urbana, mas com a ferrovia estendendo-se ao município, a acanhada Rua Tristão Monteiro ganhou importância pela localização da estação, e sucessivamente, pela acomodação de diversas casas de comércio.

A ferrovia que fazia ligação com a capital foi uma das poucas que prosperou por longo tempo (pode-se dizer que seu auge foi nas quatro primeiras décadas do século XX), pois a ligação com as colônias imigrantes desenvolveu a economia local, sendo fundamental para o “[...] desenvolvimento do comércio [...], da indústria e a expansão urbana [...]; essas cidadezinhas adquiriram mesmo um impulso suficiente para resistir à perda de tráfego que representava cada prolongamento da linha. (LOPES, 2002, p. 89)

A ferrovia, para Taquara, impulsionou o crescimento da cidade e remodelou o aspecto urbano, o seu crescimento pode ser assemelhado ao que ocorreu em Santa Maria, o principal entroncamento ferroviário do Rio Grande do Sul, onde a estrada férrea influenciou na “[...] urbanização e no crescimento da cidade. [...] ela criou novas rotas de circulação, tanto de mercadorias como de pessoas [...]. [...] a concentração neste eixo e em volta da estação de atividades comerciais que gearam grande fluxo de riquezas.” (LOPES, 2002, p. 189)

As fotografias de registro da cidade, após a chegada do trem, identificam uma paisagem urbana em constante transformação, onde pairam os ares coloniais conjuntamente com a modernidade.

A primeira imagem que analisamos mostra a vista da Rua Tristão Monteiro em direção a intendência. Essa foto data de 1915, momento em que a ferrovia já havia chegado à cidade.



**Figura 07 - Vista da Rua Tristão Monteiro em direção a Intendência (1915)**

Fonte: Museu Histórico Municipal Adelmo Trott

Primeiramente, identificamos a arquitetura diversa, onde podemos avistar uma área urbana em transição. Podemos observar desde casas com aspectos coloniais, ainda com os beirais escoando água diretamente na rua, como as construções modernas, no caso, o recém construído edifício da intendência municipal alinhado à rua. Essa preocupação arquitetônica era típica dos códigos de posturas, que delimitava o alinhamento das residências, construções de calçadas, de muros em terrenos baldios. Dentre todas as novas obrigações, “a mais visível era a exigência da substituição dos largos beirados característicos do período colonial, por platibandas sob alegação de que a solução antiga derramava água sobre os transeuntes [...]”. (WEIMER, 2004, p. 136)

Em relação à rua identificamos o chão batido, revelando uma cidade ainda em fase de modificações, de ares rurais, e também acusando o terreno alagadiço sobre qual Taquara foi edificada.

Os transeuntes também remetem algumas análises, desde os indivíduos caminhando à esquerda, com vestimenta típica de moradores de cidade, até os cavaleiros à direita, mostrando que o principal transporte era o cavalo, como também ao fundo o transporte feito à carroça.

Também se percebe a iluminação deficitária, com os velhos lampiões à querosene, que geralmente funcionavam até certa hora da noite. Segundo o Cel. Diniz, em seu relatório de 1909, havia cerca de 78 lampiões pelas ruas (RELATÓRIO, 1909, p. 7), e já em 1919, “A iluminação publica continúa sendo feita a kerosene; salvo na rua Julio de Castilhos e Praça Marechal Deodoro que dispõem de luz elétrica fornecida pela firma A. Lehnen e Comp. [...]” (RELATÓRIO, 1920, p.15)

A intenção do fotógrafo, provavelmente, era avistar a intendência na paisagem urbana taquarense, pois a imagem privilegia o lado direito focando ao fundo a edificação pública. Em relação ao momento do ato fotográfico, podemos deduzir que foi realizado pela manhã, pela localização que se encontram a sombra dos prédios.

A próxima imagem identifica a Estação Férrea de Taquara na década de 1920 situada na Rua Tristão Monteiro.



**Figura 08 - Vista da Estação Férrea de Taquara (década de 1920)**

Fonte: Acervo particular de Carlos Eduardo Trott

Nessa foto, podemos observar aspectos diversos relacionadas à modernidade e o rural. Ambos estão presentes, mostrando o quão diversificado era a paisagem urbana da cidade de Taquara. Esses aspectos são típicos do Brasil do final do

século XIX e início do século XX, pois a inovação em transporte era a transformação “da tropa de muares para o trem a vapor, desfrutávamos das conquistas do século, apesar das imensas discrepâncias culturais [...]” (MARTINS, 2001, p.43). A locomotiva trazia o progresso, transformava as cidades, “tornou-se símbolo maior de todo um projeto de modernidade [...], a despeito de ser um país agrícola, da ordem escravocrata que ainda traficava seres humanos, de população analfabeta, marcado por grande atraso” (MARTINS, 2001, p.44)

É nesse processo de transformações que podemos observar a foto acima, onde identificamos o trem como uma das portas de entrada da cidade de Taquara, o ponto que movimentava o comércio, que realizava o transporte dos produtos agrícolas para a capital e fazia o transporte de passageiros.

As discrepâncias, mencionadas por Martins, podem ser observadas nos aspectos urbanos e rurais. Identificamos na imagem diversos transportes: o trem, os cavaleiros, as carroças e os automóveis. Ao fundo da imagem podemos visualizar uma repleta área de vegetação, estando o natural muito próximo da área urbana.

O prédio da estação mostra-se acanhado em relação tamanha que é a importância do trem para o desenvolvimento do município. Uma pequena estação, com telhado de zinco que mais se assemelha a um pequeno galpão.

De forma geral, a foto também representa a agilidade nos transportes, mesmo que as condições locais ainda remetam a aspectos de uma vila rural, o que há de mais moderno para transportar havia chegado a Taquara. Essa realidade pode ser observada no relatório do engenheiro João Antonio Riff, em 1904, onde ele falava sobre a estrada de ferro a Taquara o seguinte:

O colono no princípio pela inovação, um tanto descrente e desconfiado com este novo meio de transporte, que veio perturbar a sua vida tranqüila, saiu da expectativa, tomou confiança e sujeita-se agora à nova vida; os seus produtos outrora de difícil colocação, encontram compradores que os disputam e vão procurá-los na sua própria casa por preço remunerador. Finalmente o camponês está em contato imediato com o centro de administração governamental, ele sabe o que se passa na capital, conhece os atos do governo, não está mais a mercê dos agitadores políticos que muitas vezes procuram evolvê-lo em questão que não entendem; o agricultor sabe que o Governo republicano lhe quer bem, que a administração é honrada e que os altos poderes empenham e convergem os seus esforços para o bem público, dando-lhes escolas, estradas e boa administração (RELATÓRIO, 1904 apud MOEHLECKE, 2004, p. 83)

Podemos identificar, nessa perspectiva, que o trem não só transportaria as mercadorias, mas também traria facilidade para a vida dos que viviam no campo, como também aproximaria o interior da capital, reforçando os laços políticos e, principalmente, o controle do estado na região.

Em relação ao momento da foto, podemos perceber que a movimentação intensa poderia ser a festividade em alusão a chegada de algum ilustre, ou simplesmente a contemplação da cidade em relação ao trem, que chegava trazendo informações, produtos e pessoas.

Esse processo de comemoração da ferrovia pode ser observado na imagem a seguir, que retrata a Rua Tristão Monteiro a partir do Hotel Jaeger na década de 1920.



**Figura 09 - Vista da Rua Tristão Monteiro em direção a estação férrea (década de 1920)**

Fonte: Acervo particular de Carlos Eduardo Trott

A foto nos mostra, à primeira vista, a grande movimentação de pessoas, demonstrando a importância social que o trem tinha para a cidade. Avistamos pessoas com instrumentos musicais, o que demonstra ser uma festividade da vinda de alguém ou comemoração por algum feito.

Essa foto mostra a rua, o “[...] espaço plurifuncional, onde os mais variados fatos ocorrem do comércio à circulação, do ponto de encontro ao local de desfile [...]”

(SOUZA, 1997, p.117) O trem, por sua vez, reforça esses laços, aproximando a informação, pois “as notícias passaram a circular com mais rapidez; companhias de teatro apresentavam-se pelo interior; enquanto os homens aproximaram-se para trocar idéias [...]” (MARTINS, 2001, p.40)

De certa forma, essa imagem identifica a aproximação das pessoas em uma vida social, “[...] traduzida pela criação de novos centros de convívio, desde clubes de lazer aos clubes políticos, das associações literárias aos Gabinetes de Leitura [...]” (MARTINS, 2001, p.40).”

Nessa imagem, avistamos a Rua Tristão Monteiro muito bem alinhada, com eletrificação, casas de dois pavimentos, edificações embelezadas de acordo com as premissas arquitetônicas da época e grandes armazéns estabelecidos em função do trem.

À esquerda da imagem, observamos às casas comerciais, que privilegiadamente, estão situadas a frente dos trilhos, podendo facilmente acomodar seus produtos nos vagões, pois a locomotiva obrigatoriamente deveria entrar de marcha ré na cidade, onde se situava paralelamente a Rua Tristão Monteiro. Portanto, teremos habitualmente casas comerciais a esquerda e residências à direita, avistando no sentido centro – estação férrea, como avistamos na fotografia.

Essa relação comercial da ferrovia que vinha da capital e adentrava as colônias imigrantistas, no caso em questão, Taquara, “[...] tinha uma preocupação exclusivamente econômica, pois visava abastecer a região de Porto Alegre com os produtos da região colonial alemã. Aliás, essa foi a única ferrovia construída com finalidade econômica” (HEINSFELD, 2007, p.274)

Também observamos na foto o desaparecimento da arquitetura colonial nas fachadas dos edifícios, e observamos a primeira foto, até o momento, com atributos essencialmente urbanos, exceto a rua não pavimentada. Esses atributos podem ser assemelhados ao centro de Porto Alegre, onde as avenidas principais “[...] eram pavimentadas e iluminadas onde se localizavam prédios assobradados de pedra e cal que associavam o estabelecimento comercial no térreo à residência dos proprietários no piso superior.” (MONTEIRO, 2007, p. 229) Esse processo de crescimento em Taquara acentuou-se na Rua Tristão Monteiro, pois esse passeio público foi erigido a partir do momento da existência da ferrovia, diferentemente da Rua Júlio de Castilhos.

Também evidenciamos a iluminação pública, que a partir da gestão do intendente Arnaldo da Costa Bard passou a ser uma preocupação intensa, buscando a instalação de uma geradora de energia na cidade para atender o crescimento urbano, como a compra do locomóvel e a construção da usina da Toca. (RELATÓRIO, 1924)

Em relação ao ato fotográfico, identificamos que foi realizado próximo ao meio dia pela posição que se encontram projetadas as sombras dos prédios na rua.

#### **4.3. A afirmação de cidade: organização e higienização vista através da fotografia**

No decorrer da pesquisa, foram identificadas inúmeras fotografias que mostram a praça como um dos pontos mais fotografados, ou ela sendo o ponto de retratos para outras direções. Isso identifica a intenção de mostrar esse ambiente como sendo o centro do município, a área mais bem organizada, planejada, com seus prédios públicos, bancos, casas comerciais, hotéis, clubes e a própria praça como área de lazer. A rua, “[...] juntamente com a praça, sempre representaram o espaço da liberdade, o espaço do cidadão, o espaço de fora, o espaço público, enfim, o espaço da coletividade [...]” (SOUZA, 1997, p.117).

É também da praça, ou da própria Rua Júlio de Castilhos, que observamos o fenômeno do cartão postal que ocorre no início do século XX. Há, nesse momento, uma diversidade de postais que objetivam mostrar o espaço urbano taquarense, proporcionando que esses lugares pudessem ser vistos e contemplados por não moradores de Taquara. Essa imagem impressa no postal “[...] representa uma realidade de um tempo passado e de um tipo de relacionamento em determinado lugar. [...] revela-se uma fonte de informações e de descobertas que ajudam a construir a memória através de imagens.” (FLORES, 2007, p.7)

O postal tinha finalidade de “[...] enviar uma mensagem curta e rápida, contemplada ou insinuada pela ilustração” (FLORES, 2007, p.7) No caso das vistas urbanas identificamos a Rua Júlio de Castilhos, o passeio público onde se ressaltam as “imagens que mostram o material, mas que, em geral, omitem o social”,

(KOSSOY, 2002, p.82), ou seja, imagens fotográficas desabitadas, sem transeuntes, destacando, única e exclusivamente, a cidade.

Dentro dessa perspectiva analisada acima, selecionamos algumas paisagens urbanas que podem representar esse espaço citadino taquarense.

#### 4.3.1. A Intendência

As próximas imagens selecionadas avistam a intendência municipal de Taquara, na década de 1910. Dentre as duas seleções, a primeira é um cartão postal. Ambas as fotografias datam a década de 1910.



**Figura 10: Cartão postal - vista da intendência (Início da década de 1910)**

Fonte: Acervo particular de Carlos Eduardo Trott



**Figura 11 - Vista da Rua Júlio de Castilhos em direção a Intendência (Final da década de 1910)**  
**Fonte:** Acervo particular de Carlos Eduardo Trott

As imagens anteriores têm finalidades semelhantes, pois ambas objetivam identificar o prédio público da intendência, que servia para os assuntos executivos, legislativos e penitenciários. Era uma forma de expressar a imagem da organização na administração pública, a ordenação dos prédios, o que pode assemelhar-se a capital Porto Alegre, onde identificamos os edifícios públicos na atual Praça da Alfândega, onde esses buscavam “[...] produzir um efeito de equilíbrio e monumentalidade na principal praça do centro da cidade, correspondendo ao novo imaginário de cidade que a burguesia comercial e industrial almejava [...]”. (MONTEIRO, 2007, p. 241)

Essa harmonia arquitetônica, expressada na foto, também se destaca nos prédios privados, como se avista na segunda imagem, onde está situado o recém construído Banco da Província (segundo prédio da esquerda para a direita), mostrando assim o poder econômico da cidade.

Na segunda imagem, observamos também o “Hotel Brazil”, sendo o primeiro prédio à esquerda, que ao final da década de 1920 foi demolido para a construção do edifício do atual “Clube Comercial”. Este hotel serviu de hospedagem de ilustres

políticos da época, citando o próprio governador Borges de Medeiros, noticiado em jornais, como “A Federação” e “Mundo Novo”<sup>30</sup>.

As fotos identificam um aspecto interessante do posicionamento para o ato, pois ambas não mostram o lado direito da rua, pois é o lado que existiam poucas residências. A intenção clara era identificar somente os aspectos urbanos, como o hotel, o banco e a intendência. No cartão postal essa intenção fica mais nítida, pois “os postais não eram apenas veículos de correspondência, mas, também, instrumentos de propaganda, particularmente no caso de vistas das cidades” (KOSSOY, 2002, p.69). Isso demonstra a intenção de apontar, para os não moradores de Taquara, uma cidade urbanizada, forte política e economicamente e organizada.

Podemos ver, portanto, a intenção do fotógrafo em mostrar um ângulo urbano, que objetiva identificar a cidade. Também destacamos que novamente o momento da foto foi pela manhã, pela posição da sombra que segue da direita para a esquerda.

#### 4.3.2. A Praça

As próximas fotos identificam a praça e o centro econômico da cidade, ambos situados em frente à intendência. A primeira imagem remete-se ao início da década de 1920 e foi realizada a partir do prédio da intendência; e a segunda, ao final da mesma década, a partir da praça em direção as igrejas.

---

<sup>30</sup> Ver jornais A Federação e O Mundo Novo disponíveis no Museu Histórico Municipal Adelmo Trott no município de Taquara.



**Figura 12 - Vista da Rua Júlio de Castilhos a partir da Intendência (Início da década de 1920)**  
Fonte: Acervo particular de Carlos Eduardo Trott



**Figura 13 - Vista da Rua Júlio de Castilhos a partir da praça (final da década de 1920)**  
Fonte: Acervo particular de Carlos Eduardo Trott

Ambas as fotos já identificam uma cidade em crescimento, com prédios assobradados. A primeira identifica a praça, buscando mostrar o espaço de lazer,

sociabilidade; já, a segunda busca mostrar a Júlio de Castilhos com os bancos e o clube recém construído.

Na primeira foto avistamos a praça, que surge conjuntamente com a construção da intendência, adota o nome de Marechal Deodoro, primeiro presidente republicano, seguindo a lógica de colocar nomes da república em todos os espaços públicos possíveis.

Na praça, podemos observar um espaço regrado à organização, com árvores alinhadas. Essa é uma determinante dos governos republicanas da época, como nas próprias praças de Porto Alegre, onde “a administração municipal pretendia ordenar e disciplinar os espaços de lazer cortando as antigas árvores e criando ‘jardins à inglesa’ para o *footing* e o desfrute das elites e camadas médias” (MONTEIRO, 2007, p.251) Essa preocupação com a organização das árvores, com a natureza domesticada, vem desde o código de posturas de 1893, onde era explícito no artigo 20 que “é permitida a plantação de árvores de ornamento nas ruas, praças, em alinhamento dado pela autoridade competente – penas: 10\$000 de multa, além de remove-las o infractor, para onde for determinado”. (CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAL, 1892, p. 9) Isso identifica que as árvores somente poderiam ser plantadas de acordo com regras estabelecidas de organização, onde o não cumprimento implicava em multa.

Ainda na primeira foto, podemos observar o aspecto interessante de a praça estar cercada, o que identifica ares rurais à cidade, pois esse cercamento era justamente para impedir que cavalos entrassem adentro. Isso demonstra a intenção de separar o rural do urbano e manter certa organização dos espaços públicos.

Em relação à segunda imagem, observamos os bancos, o centro econômico do município, identificando-se a importância econômica que a cidade almejava na década de 1920. Também se destaca o recém construído prédio do “Clube Comercial”, que se torna um espaço de sociabilidade entre a sociedade taquarense. Na foto, da direita para a esquerda, podemos avistar os seguintes prédios: Banco da Província, Clube Comercial, Banco Pffifer e Banco Popular. Logo do outro lado da rua, com dois pavimentos, avistamos o Hotel Taquara, que passava a ser a principal hospedagem da cidade.

A segunda imagem nos identifica a década de 1920, uma época de modificações intensas na cidade, pois a gestão do intendente Arnaldo da Costa Bard

levou a conclusão de inúmeros projetos almeçados há anos. Destacam-se os projetos de higiene pública, intencionados a regerar o espaço público.

Esses serviços de higiene focaram diversas áreas, como a remoção de lixo, recolhimento de esgoto, água potável, lavanderia pública e matadouro público. Todos esses programas pretendiam organizar e higienizar a urbe, evitando, principalmente, qualquer tipo de moléstia à população. Os serviços de remoção de lixo e coleta de esgoto foram aplicados para evitar que os moradores continuassem a jogar ambos nas ruas, causando mau cheiro. Já, o serviço de água potável foi realizado com a perfuração de poços artesianos para que a população desfrutasse de água não contaminada. A lavanderia pública foi também uma idéia para que lavadeiras evitassem realizar essa atividade nos arroios, principalmente no verão, quando o nível da água baixava e causava mau cheiro. O serviço do matadouro público pretendia regularizar e padronizar o abate do gado, visto que não havia higiene adequada para consumo humano. (RELATÓRIO, 1924)

Nas fotos acima, também podemos observar que enquanto a Rua Tristão Monteiro era o espaço da movimentação, do comércio relacionado à zona agrícola, do lugar onde transitavam as pessoas em direção ao trem, das carretas de tração animal que vinham do interior, das tropas de gado; a Praça e toda a extensão da Rua Júlio de Castilhos era o lugar da administração, dos bancos, dos hotéis, das igrejas, o espaço do cinema, do clube, o espaço da contemplação, da sociabilidade. Juntas, as ruas completam-se, dependendo uma da outra formam um todo rumo ao progresso desejado, formando uma nova paisagem urbana.

Em relação ao momento da foto, observamos que a primeira foi realizada próximo ao meio dia pela posição quase que vertical das sombras das árvores e prédios. A segunda imagem também identifica a preocupação do fotógrafo em não mostrar o lado esquerdo, onde havia poucas edificações.

#### 4.3.3. A Rua Júlio de Castilhos

As próximas imagens continuam a identificar a Rua Júlio de Castilhos no início da década de 1920. Ambas as imagens caracterizam os cartões postais da cidade, que nessa época é contemplada com o serviço postal, que é implementado

pele intendente Arnaldo da Costa Bard, como ele mesmo menciona em seu relatório: “fizemos colocar no edificio da Intendencia e junto á casa do Vigario, na extremidade sul da rua Julio de Castilhos, caixas postaes” (RELATÓRIO, 1924, p.30).



**Figura 14 - Vista da Rua Júlio de Castilhos em direção as igrejas (final da década de 1910)**  
 Fonte: Acervo particular de Carlos Eduardo Trott



**Figura 15 - Vista da Rua Júlio de Castilhos em direção as igrejas (final da década de 1910)**  
 Fonte: Acervo particular de Carlos Eduardo Trott

As imagens objetivam identificar a Rua Júlio de Castilhos do mesmo ponto da rua, onde atualmente passa a Rua Guilherme Lahm. Ambas, portanto, formam dois cartões postais que são intitulados de parte I e parte II como podemos ver abaixo de cada imagem.

Ambas identificam uma rua que se transformara ao longo de quatro décadas, como podemos observar na primeira imagem desse capítulo. A Rua Júlio de Castilhos nesse momento transformara-se no espaço social, o local onde as pessoas reuniam-se para o lazer, não havendo mais indícios da velha arquitetura colonial, sendo formada uma nova estrutura. Essa percepção assemelha-se aos grandes centros da época, como analisado no Rio de Janeiro, onde “uma nova geografia do ser moderno se impôs sobre a cidade, elegendo, como espaços de a aparência, salões, confeitarias, cafés cinemas, livrarias e a própria rua” (MAUAD, 1997, p.40).

Esses espaços atendiam a nova elite econômica da cidade que se formara a partir do comércio da zona rural com a zona urbana. Essa elite, que descendia dos primeiros moradores trazidos por Tristão Monteiro, formava por vez o panorama da república brasileira, onde ocorria uma economia essencialmente agrícola, mas o momento era de exaltação do urbano, como podemos observar nas fotos. Essa nova elite cria/ constrói locais pra a sua contemplação, tal como a Rua Júlio de Castilhos, onde “[...] estes espaços existem para que novos grupos sociais em ascensão, [...] se identificassem no seu processo de vir a ser, à medida que só passariam a existir como classe, em função de uma vivência social” (MAUAD, 1997, p.286).

Calcado nesses espaços, já observamos anteriormente a própria fundação do Clube Comercial, que era o lugar da reunião dos comerciários e industriais da cidade de Taquara. A nova elite, portanto, buscava espaços sociais, dentre eles podemos avistar o mais significativo no segundo cartão postal na página anterior (figura 15), o Cinema e Teatro Central, sendo o primeiro edifício à direita.

O cinema, no início do século XX, foi típico em diversas cidades do Brasil, principalmente as que ascendiam economicamente. Essas casas serviam não somente para a exposição de filmes, mas também como casas de espetáculos teatrais, onde “tornaram-se igualmente comuns os espetáculos mistos de tela e palco onde eram apresentadas atrações cênicas durante os intervalos das longas fitas cinematográficas da época [...]” (BITTENCOURT, 2007, p. 388)

Junto com o cinema surgiam também os espaços para a discussão, como o próprio café, que no caso de Taquara, localizava-se junto com essa casa de espetáculos. Em relação a Porto Alegre, MONTEIRO observa que diversos cronistas do início do século XX

[...] apontavam para a mudança nos hábitos na expansão das sociabilidades públicas, como o encontro de políticos, funcionários públicos, jornalistas, artistas e intelectuais nos cafés [...], nas confeitarias [...], nos bares [...], nos restaurantes [...], nos cinemas [...], nos teatros [...] e nas livrarias [...] (MONTEIRO, 2007, p.243)

Esses cartões postais objetivam, portanto, mostrar uma cidade estruturada, com uma vida social intensa, organizada para receber os seus visitantes. Essa é uma análise que fazemos a partir dos escritos expostos no encarte “O Rio Grande do Sul em Revista” de 1928, onde se fazem mostrar os principais municípios da época. Na revista menciona-se o seguinte sobre a área urbana taquarense: “A rua principal é Julio de Castilhos, de edificação mais compacta e onde estão localizadas as melhores casas commerciaes, clubs, casas de diversões publicas, igrejas, hotéis [...]” (O RIO GRANDE DO SUL EM REVISTA, 1928, p.400) Ainda sobre a cidade, a revista menciona que as ruas de Taquara são “[...] amplas e bem alinhadas, na maior parte com sargetas de pedras e optimos passeios de lage [...]. Conta com 20 ruas e uma praça arborisada [...] estando localizada bem no centro da cidade.” (O RIO GRANDE DO SUL EM REVISTA, 1928, p.400)

O cartão postal, portanto, efetivava a proliferação da imagem da cidade para lugares longínquos. Sendo uma opção de correspondência mais barata, oportunizava uma mensagem rápida, que se desenvolveu conseqüentemente com o trem que podia diariamente realizar o serviço postal.

Os cartões postais acima, como os demais representando Taquara, “[...] privilegiam a paisagem urbana e natural, sendo raros os casos onde o homem se faz presente; quando isto ocorre, os indivíduos registrados encontram-se distantes da câmara, diluídos ao fundo da representação” (KOSSOY, 2002, p.101) É uma análise das imagens desse período que Kossoy realiza, enquadrando-se perfeitamente para as fotografias em questão, pois o elemento humano somente participa distantemente. Sendo assim, “a fotografia sempre esteve – e sempre estará – à disposição das ideologias, prestando-se aos mais diferentes usos” (KOSSOY, 2002, p. 106)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa, identificamos que as fotografias da cidade de Taquara foram realizadas em um período de transição do Brasil, num momento de introduções de novas ideologias e um novo regime político. Também, foi uma ocasião que a técnica fotográfica desenvolveu-se conjuntamente com o panorama das alterações urbanas ocorridas, no intuito de realizar o registro fotográfico. Sendo assim, podemos perceber ao longo desta pesquisa três momentos diferentes do registro fotográfico na urbe taquarense: o primeiro delimita-se as poucas imagens da cidade de Taquara, ainda no virar do século XIX para o XX, identificando um pequeno povoado muito mais rural do que urbano; o segundo momento caracteriza-se pela transição, evidenciando-se o moderno mesclando-se aos aspectos rurais, aos atributos da herança imperial; e no terceiro, e último momento, evidenciamos as fotografias com a preocupação de identificar a cidade civilizada, higienizada e urbanizada para os olhares distantes.

Analizamos que as representações fotográficas da área urbana taquarense identificam uma cidade que cresceu em prol do comércio. Primeiramente com o entroncamento de picadas, que originou um núcleo comercial e de passagem dos que iam aos campos de cima da serra, e os que vinham em direção ao porto do Passo do Mundo Novo e a cidade de Santa Cristina do Pinhal. Posteriormente, esse desenvolvimento voltou-se para a chegada do trem, originando um novo panorama urbano taquarense.

No período inicial da formação urbana de Taquara, percebemos que a fotografia mostra a representação típica da urbe brasileira daquele contexto, sendo possível identificar os contrastes entre urbano e rural. É um período em que há a intenção de identificar o triunfo da civilização sobre a natureza, mostrar a domesticação do selvagem. As imagens fotográficas da edificação do estado brasileiro urbanizado, ordenado e progressivo foi repassada dos grandes centros aos menores, como averiguamos, ao longo desse trabalho, nas fotografias da urbe taquarense da República Velha.

A fotografia analisada, contemporaneamente, delata muitos fatos da época, pois os olhares presentes percebem outras realidades do ato fotográfico que não os mesmos de sua construção, portanto, para aquele momento o auto-retrato urbano taquarense era o sinônimo de progresso, de identificar uma área que se civilizava,

visto que eram efêmeros os espaços com aglomerações construídas na área interiorana brasileira, pois os círculos densamente povoados estavam tradicionalmente concentrados nas proximidades do litoral.

A exaltação fotográfica das ruas Júlio de Castilhos e Tristão Monteiro também delatam que os únicos espaços urbanizados eram esses dois passeios públicos, o que constatamos no decorrer da pesquisa, conjuntamente com outras fontes documentais que utilizamos, onde a preocupação em organizar era voltada para essas duas ruas.

Nos registros fotográficos dos passeios públicos verificamos a ausência de transeuntes, exceto os momentos de festividades ou quando a imagem está associada ao transporte, como é o caso das proximidades da ferrovia. Essa ausência mostra a preocupação de transparecer uma cidade organizada, as ruas alinhadas, os prédios monumentais, ou seja, a intenção era registrar a civilidade urbana e não os costumes locais que certamente distanciavam-se, e muito, dos padrões de civilização da época.

Já o trem, no início do século XX, tornou-se, para Taquara, uma alteração estética urbana de acordo com as análises fotográficas realizadas ao longo dessa pesquisa. Percebemos que o trem não somente expandiu a cidade, alterou a arquitetura, modernizou a cidade, mas também aproximou os hábitos da capital à pequena cidade. Com o trem, a civilidade é uma preocupação em relação à cidade, surgem novas formas de organização dos espaços, o que é explícito nas imagens fotográficas que caracterizam a década de 1920.

As mudanças das paisagens urbanas taquarense também foram caracterizadas pelo regramento do código de posturas municipal, como examinamos ao longo de toda essa pesquisa. Esse código foi tipicamente implantado pelas cidades brasileiras no início do século XX com intuito de organizar os espaços urbanos, padronizar o crescimento da urbe, além disso, higienizar esses lugares para que houvesse a separação de rural e urbano, como verificamos ao longo das imagens fotográficas decorrentes no trabalho.

Foi possível analisar ainda, que as imagens fotográficas deixam de apontar muitos fatos ocorridos, conforme averiguamos os relatórios dos ex-intendentes e relacionando-os com as fotografias. Isso caracteriza a preocupação com a higienização da urbe, pois a saúde pública padecia de melhor assistência de acordo com os relatos da época. Essas observações não são constatadas nos retratos

urbanos daquele período, pois o fotógrafo sempre se posicionava num ângulo que pudesse mostrar o lado privilegiado da urbe.

De uma forma geral, o panorama da fotografia na aplicabilidade do registro de paisagens urbanas na cidade de Taquara, no início do século XX, responde a um processo decorrente do Brasil republicano da época, um momento que incidem intensas alterações nas urbes. É o momento em que a fotografia surgiu como forma de registro da modernização de um estado nacional, que almejava distanciar-se das peculiaridades coloniais, das heranças que beiravam ao exótico brasileiro observado pelas nações ditas “civilizadas”.

Nesse contexto, caracterizamos as imagens fotográficas das paisagens urbanas taquarense como um processo habitual do Brasil da Primeira República. As figuras retratando prédios públicos, ferrovias, ruas bem alinhadas, bancos, clubes, são representações do progresso e da modernidade típicas da era republicana brasileira daquele momento.

Os próprios cartões postais mostram-se como um fenômeno da época que retrata essa divulgação das paisagens urbanas. As representações fotográficas impressas foram típicas do período estudado, onde evidenciamos que cartão postal difundiu-se como o retrato oficial da cidade brasileira daquela ocasião, uma forma de realizar a propaganda de um determinado local. Era a possibilidade de levar o “pedaço” de uma cidade para outrem poder ver, observar.

Sendo assim, a fotografia urbana da cidade de Taquara é direcionada de acordo com os padrões da época, sendo um reflexo do que ocorria nos grandes centros brasileiros. De forma geral, é uma metodologia de analisar as cidades daquele período que pode ser realizada em diversas urbes brasileiras, onde também iremos identificar particularidades próprias a cada local, como ocorreu ao longo dessa pesquisa.

A fotografia é para a história uma fonte inesgotável de análise, não somente do tempo de estudo nessa pesquisa, mas de todo o século XX, possibilitando novos olhares sobre a construção histórica do homem, principalmente da cidade, que se torna a morada da humanidade nessa nova sociedade, o lugar onde ocorrem as trocas comerciais, as informações, os saberes, a vida cultural, as relações de poder.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Lacy & CASADO, Irene. **Taquara de Tristão José Monteiro**. Taquara: s/ed., 1986.

ALVES, Hélio Ricardo. A fotografia em Porto Alegre: o século XIX. In: ACHUTTI, Luiz Eduardo R. (org.). **Ensaio (sobre o) fotográfico**. Porto Alegre, RS: Unidade Editorial, 1998.

AXT, Gunter. Coronelismo Indomável: o sistema de relações de poder. In: GOLIN, Tau et al. **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo, RS: Méritos, 2007. V.3. t.1.

BITTENCOUR, Ezio. Os teatros. In: GOLIN, Tau et al. **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo, RS: Méritos, 2007. V.3. t.2.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e Fotografia**. São Paulo: Autêntica, 2008.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: história e imagem**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teorias e metodologia**. 16. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 1997.

CARVALHO, Vânia Carneiro. A representação da natureza na pintura e na fotografia brasileiras do século XIX. In: FABRIS, Annateresa (org.). **Fotografia: usos e funções no século XIX**. 2ª ed. São Paulo, SP: EDUSP, 1998.

CHARTIER, Roger. **O mundo com representação**. Estudos Avançados, São Paulo, n. 11, nov. 1991.

DILL, Aidê Campello. **História e Fotografia: fragmentos do passado**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2009.

DREHER, Martin. Os Imigrantes alemães e a religião. In: CUNHA, Jorge Luiz da (org.). **Cultura Alemã: 180 anos**. Porto Alegre: Nova Prova, 2004.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. 8ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

FERNANDES, Dóris Rejane. O povoamento pioneiro das terras do Mundo Novo. In: BARROSO, Vera & SOBRINHO, Paulo. **Raízes de Taquara**. São Leopoldo: EST, 2008. Vol. 1.

FERNANDES, Dóris Rejane. Tristão Monteiro e o projeto colonizador do Mundo Novo. In: BARROSO, Vera & SOBRINHO, Paulo. **Raízes de Taquara**. São Leopoldo: EST, 2008A. Vol. 1.

FLORES, Moacyr. Introdução. In: FLORES, Moacyr (Org.) **Cartões Postais: imagens e histórica cultural**. Porto Alegre: Ediplat, 2007.

HEINSFELD, Adelar. As ferrovias: na ordem positivista, o progresso corre pelos trilhos. In: GOLIN, Tau et al. **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo, RS: Méritos, 2007. V.3. t.1.

KOLIVER, Isete. **Taquara do Mundo Novo: suas, suas casas, genealogia de sua gente**. Porto Alegre: Pallotti, 1996.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. 2. ed. São Paulo, SP: Ateliê Editorial, 2001.

KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 3ª ed. São Paulo, SP: Ateliê Editorial, 2002.

KLAIN, Eldo. **Colônia do Mundo Novo: a data de sua fundação**. Taquara, RS: FACCAT, 2007.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In. LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

LE GOFF, Jacques. Memória. In. LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

LIMA, Solange Ferraz. O circuito social da fotografia (Estudo de caso II). In: FABRIS, Annateresa (org.). **Fotografia: usos e funções no século XIX**. 2ª ed. São Paulo, SP: EDUSP, 1998.

LOPES, Caryl. **A Compagnie Auxiliare de Chemins de Fer Au Brésil e a cidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul, Brasil**. 2002. Tese de doutorado - Universidade politécnica da Catalunha, Barcelona.

MARINS, Paulo C. G.. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Vol. 3.

MARTINS, Ana L. **O Despertar da República**. São Paulo: Contexto, 2001.

MAUAD, Ana M. Fotografia e história: possibilidades de análise. In: CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda. (Orgs.). **A leitura na pesquisa social**. São Paulo, SP: Cortez, 2004.

MAUAD, Ana M. O espelho do poder: fotografia, sociabilidade urbana e representação simbólica do poder político no Rio de Janeiro da *belle époque*. In: SOUZA, Célia & PESAVENTO, Sandra (Orgs.). **Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

MICHELON, Francisca F. A fotografia: um click nos tempos modernos. In: GOLIN, Tau et al. **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo, RS: Méritos, 2007. V.3. t.2.

MOEHLECKE, Germano. **Estrada de ferro: contribuição para a história da primeira ferrovia do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: s/ed., 2004

MONTEIRO, Charles. Urbanização e modernidade em Porto Alegre. In: GOLIN, Tau et al. **República Velha (1889 - 1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. V. 3 t.2.

NUNES, José. **Dicionário de História**. Porto Alegre: Estante, 1999.

OLIVEIRA JR., Antonio R. de. O visível e o invisível: um fotógrafo e o Rio de Janeiro no início do século XX. In: SAMAIN, Etienne (org). **O Fotográfico**. São Paulo, SP: Hucitec, 1998.

PESAVENTO, Sandra J. **História do Rio Grande do Sul**. 9ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

PESAVENTO, Sandra J. (Coord.). **Memória Porto Alegre: espaços e vivências**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

**Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA)**. Disponível em: [www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/terminologia.htm](http://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/terminologia.htm). Acessado em: 30 maio 2010.

RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

REINHEIMER, Dalva. Os caminhos do Mundo Novo passam pela navegação fluvial. In: BARROSO, Vera & SOBRINHO, Paulo. **Raízes de Taquara**. São Leopoldo: EST, 2008. Vol. I.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. Vol. II.

RODRIGUES, Ricardo V. O castilhismo e as outras ideologias. In: In: GOLIN, Tau et al. **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo, RS: Méritos, 2007. V.3. t.1.

SCHWARCZ, Lilia M. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Vol. 3.

SILVA, Ângelo et al. O Empreendimento da Fazenda do Mundo Novo. In: REINHEIMER, Dalva. **Terra, gente e fé: aspectos históricos de taquara do Mundo Novo**. Taquara: FACCAT, 2005.

SOBRINHO, Paulo G. M. **O processo de transformação de um município sede para distrito: a atuação de liberais e republicanos em Santa Cristina do Pinhal (1880-1892)**. 2008. Trabalho de conclusão de curso - FACCAT, Taquara.

SOUZA, Célia. Construindo o espaço da representação: ou o urbanismo de representação. In: SOUZA, Célia & PESAVENTO, Sandra (Orgs.). **Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

TURAZZI, Maria I. Máquina Viajante. Máquina viajante. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, ano 5, nº 52, p. 16-29, jan, 2010

TURAZZI, Maria I. Paisagem construída: fotografia e memória dos “melhoramentos urbanos” na cidade do Rio de Janeiro. In: **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 22, nº 35, p. 64-78, Jan/jun 2006.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular da imigração alemã**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

WEIMER, Günter. **Origem e evolução das cidades rio-grandenses**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

WOLFF, Silvia Ferreira Santos. Arquitetura e Fotografia no século XIX. In: FABRIS, Annateresa (org.). **Fotografia: usos e funções no século XIX**. 2ª ed. São Paulo, SP: EDUSP, 1998.

#### **Acervos consultados:**

Acervo particular de Carlos Eduardo Trott.

Museu Histórico Municipal Adelmo Trott.

Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

#### **Documentos oficiais:**

**Código de Posturas do Conselho Municipal do Mundo Novo**. Votado em 3ª e última discussão a 19 de setembro de 1892. Promulgado publicado a 20 de dezembro de 1892. Disponível no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, São Leopoldo.

**Relatório apresentado ao Conselho do Mundo Novo pelo intendente Cel. Diniz Martins Rangel em 20 de setembro de 1907**. Disponível no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, São Leopoldo.

**Relatório apresentado ao Conselho Municipal da Taquara pelo intendente Cel. Diniz Martins Rangel em 20 de setembro de 1909**. Disponível no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, São Leopoldo.

**Relatório apresentado pelo intendente Cel Diniz Martins Rangel ao Conselho Municipal da Taquara em 20 de setembro de 1920.** Correspondente ao exercício de 1919. Disponível no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, São Leopoldo.

**Relatório apresentado pelo intendente Arnaldo da Costa Bard ao Conselho Municipal da Taquara em 20 de setembro de 1924.** Correspondente ao exercício de 1923. Disponível no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, São Leopoldo.

**Outros documentos escritos:**

**Cincoentenário da Sociedade 5 de Maio.** Disponível no Museu Histórico Municipal Adelmo Trott, Taquara.

**Guia de exportação do Rio Grande do Sul – 1933.** Disponível no Museu Histórico Municipal Adelmo Trott, Taquara.

**O Rio Grande do Sul em Revista – 1928.** Disponível no Museu Histórico Municipal Adelmo Trott, Taquara.

**Legislação:**

Brasil. Lei nº 1382, de maio de 1882. Eleva á categoria de freguesia o distrito de Taquara do Mundo Novo, em o município de Santa Christina do Pinhal, com a mesma denominação e as seguintes divisas: pelo rio Santa Maria e pelo rio da Ilha, até as divisas atuais, pelos mesmos campos. Disponível no Museu Histórico Municipal Adelmo Trott, Taquara.

BRASIL. Lei nº 1568, de 17 de abril de 1886. Lei nº 1568, de 17de abril de 1886 – Eleva a categoria de vila a freguesia da Taquara do Mundo Novo, criada pela lei

provincial nº 1382, de 27 de maio de 1882, e daqui as divisas atuais, pelos mesmos campos. Disponível no Museu Histórico Municipal Adelmo Trott, Taquara.

BRASIL. Decreto nº 1404, de 19 de dezembro de 1908. Eleva á categoria de cidade a Vila de Taquara, considerando que o seu movimento industrial e comercial cada vez avulta mais, principalmente após a sua ligação férrea a outros centros; e também que o município conta população superior a 28.000 almas. Disponível no Museu Histórico Municipal Adelmo Trott, Taquara.

**Sites consultados:**

[www.fee.tche.br](http://www.fee.tche.br)

[www.cnm.com.br](http://www.cnm.com.br)

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)